

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**RAFAEL ASSIS MORAES**

**HEGEMONIA ALEMÃ E A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA:  
uma leitura gramsciana**

Marília

2022

**RAFAEL ASSIS MORAES**

**HEGEMONIA ALEMÃ E A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA: UMA  
LEITURA GRAMSCIANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Relações Internacionais como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília.

Área de concentração: Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos.

Marília

2022

M827h	Moraes, Rafael Assis Hegemonia alemã e a saída do Reino Unido da União Europeia : uma leitura gramsciana / Rafael Assis Moraes. -- Marília, 2022 77 p. : tabs.  Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos  1. Relações Internacionais. 2. Ciência Política. 3. Política Internacional. 4. Teoria Marxista. 5. Economia Política. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**RAFAEL ASSIS MORAES**

**HEGEMONIA ALEMÃ E A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA: UMA  
LEITURA GRAMSCIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Área de Concentração: Ciência Política

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

UNESP – Campus de Marília

Orientador

Mr. Paulo Victor Zaneratto Bittencourt

USP – Universidade de São Paulo

Rafael Queiroz Alves

UNESP – Campus de Marília

Marília, 24 de fevereiro de 2022

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus colegas da turma de Relações Internacionais, que sempre me admiraram, e me incentivaram a estudar temas do meu interesse, contribuindo para a consecução desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Rodrigo Passos, do curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp (Marília), que dispôs de tempo e suor para me auxiliar nessa jornada, contribuindo com seu conhecimento para a pesquisa do tema.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

## RESUMO

O presente trabalho objetiva formalmente ao cotejo entre a hegemonia alemã no espaço europeu, enfatizando a perspectiva gramsciana, e seus possíveis desdobramentos com a saída do Reino Unido da União Europeia – informalmente referida como “Brexit”. Admitindo a hipótese gramsciana de que a Alemanha possui o que se denomina como “hegemonia incompleta”, característica histórica ensejada pelo processo de revolução passiva, demonstrar-se-á, através de ferramentas metodológicas propiciadas pela teoria gramsciana, que o processo histórico de modernização conservadora e restauradora no âmbito alemão – característica intrínseca à revolução passiva -, propiciou uma incapacidade de cooptar os atores europeus ao nível regional, gerando colisões de interesses e prejuízos, e, finalmente, atingindo seu zênite na decisão inglesa de se retirar do bloco europeu em 2016.

**Palavras-chave:** Hegemonia; Gramsci; Alemanha; Brexit.

## **ABSTRACT**

The project formally aims to analyze the German hegemony in the European space, emphasizing the Gramscian perspective, and its possible consequences with the United Kingdom's departure from the European Union – informally quoted to as “Brexit”. Considering the Gramscian hypothesis that Germany owns what is called “incomplete hegemony”, a historical characteristic given by the process of passive revolution, it will be demonstrated, through methodological tools provided by Gramscian theory, that the historical process of conservative modernization and restorative at the German scope - an intrinsic characteristic of the passive revolution, resulted an inability to co-opt European actors at the regional level, generating collisions of interests and losses, and, finally, reaching its zenith in the English decision to withdraw from the European bloc in 2016.

**Keywords:** Hegemony; Gramsci; Germany; Brexit.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RFA	República Federal da Alemanha
UE	União Europeia
UKIP	United Kingdom Independence Party
EEC	Comunidade Económica Europeia
CECA	Comunidade Económica do Carvão e do Aço
RDA	República Democrática Alemã
SPD	Sozialdemokratische Partei Deutschlands
CDU	Christlich Demokratische Union Deutschlands
UME	União Monetária Europeia
SME	Sistema Monetário Europeu
MTC	Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio
BCE	Banco Central Europeu
BIS	Bank of International Settlements
FMI	Fundo Monetário Internacional
FEEF	Fundo Europeu de Estabilização Financeira
PIIGS	Portugal Ireland Italy Greece Spain
MEE	Mecanismo Europeu de Estabilidade
PEC	Pacto de Crescimento e Estabilidade
OMT	Outright Monetary Transaction
AfD	Alternative für Deutschland
PAC	Política Agrícola Comum
TEC	Tarifa Externa Comum
PM	Primeiro-Ministro
EEC	Espaço Económico Europeu
AELC	Associação Europeia de Livre Comércio

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>A HEGEMONIA INCOMPLETA ALEMÃ NA UNIÃO EUROPEIA</b>	
<b>2.1</b>	<b>Hegemonia em Sentido Gramsciano.....</b>	<b>16</b>
<b>2.1</b>	<b>Revolução Passiva no Contexto Alemão.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3</b>	<b>Fordismo e via Prussiana no Entreguerras.....</b>	<b>23</b>
<b>2.4</b>	<b>Revolução Passiva Alemã, Do Pós Guerra À 2008.....</b>	<b>28</b>
<b>2.5</b>	<b>A Crise de 2009 e o Mal-Estar Europeu.....</b>	<b>35</b>
<b>3</b>	<b>A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA</b>	
<b>3.1</b>	<b>O Euroceticismo Britânico.....</b>	<b>53</b>
<b>3.2</b>	<b>O Reino Unido Vota pela Saída.....</b>	<b>63</b>
<b>3.3</b>	<b>O Legado Imediato do Brexit.....</b>	<b>65</b>
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste trabalho é a leitura sob uma chave gramsciana de uma parte do processo histórico da hegemonia da República Federal Alemã (RFA) na Europa relacionado à saída da Grã-Bretanha da União Europeia (Brexit) no período de 2015 a 2020. O objeto se reveste de enorme importância, não somente pelo papel desempenhado pela Alemanha no continente, como também pela atualidade e o impacto do Brexit para a consecução do projeto integrador da União Europeia. Apresentar-se-á uma discussão da literatura em termos dos referenciais teóricos de hegemonia e das questões atinentes ao papel da Alemanha e ao Brexit.

O conceito de hegemonia tem vastíssima aplicação na avaliação dos fatos históricos no além-fronteiras, começando pela Antiguidade. Tucídides (1987, p. 13) o empregou pioneiramente como um sistema de alianças entre unidades políticas consentidas mutuamente. Contemporaneamente sendo as Relações Internacionais institucionalizadas academicamente, ele apareceu, dentre outros, em relevantes obras de Carr (2001, p. 116), Aron (2002, p. 221) e Morgenthau (2003, p. 144, 166) fortemente ligado às várias dimensões de poder de um Estado (econômicas, militares etc.). A saber, a hegemonia diz respeito, na sua maior parte, aos aspectos internacionais e ao poder que o Estado projeta no além-fronteiras. Tais aspectos são os mais relevantes para a teorização e análise das unidades políticas no sistema internacional. Mais recentemente, a definição de hegemonia adquiriu uma lógica sistêmica com a formulação de Mearsheimer (2001, p. 12, 40, 41), na qual o sistema internacional constrange os Estados a buscarem a hegemonia, sendo o resultado na história a potência hegemônica como um *hegemon* regional, exemplificado pelos EUA em nível hemisférico e continental.

Outro autor relevante, Cox (1981), tido como o principal intérprete da categoria de hegemonia de Gramsci para as Relações Internacionais, aplicou-a de forma dualista – com os pares hegemonia e contra-hegemonia, hegemonia e ausência de hegemonia - reafirmando a questão do poder estatal com elementos de força e consenso sem atentar para vários aspectos relevantes sobre o conteúdo do conceito propriamente dito, sobre o qual se explicará a seguir.

Um dos pontos distintivos da hegemonia na acepção gramsciana é o nexo inseparável entre interno e internacional, ponto não encontrado na formulação de Cox. A hegemonia não diz respeito somente ao poder de um Estado, mas à maneira

multidimensional como classes, grupos e suas frações exercem seu domínio e direção nos planos nacional e internacional enquanto uma verdadeira concepção de mundo em vista de um processo de totalidade histórica. O embate entre posições em qualquer nível – local, regional, continental, nacional, internacional – pressupõe direta ou indiretamente um choque de projetos hegemônicos, mesmo que eles sejam meramente aspirantes a tal condição. Tal perspectiva contraria o reducionismo dualista de Cox nos pares acima mencionados. A categoria pressupõe na sua forma histórica completa uma profunda e radical transformação executada pelas massas, exemplificada na fase jacobina da Revolução Francesa e no período inicial da Revolução Russa Soviética de 1917.

Outro ponto seria seu historicismo absoluto, do qual se desdobra de que não existe repetição e analogia histórica. Neste sentido, a análise de hegemonia é um processo histórico singular, que não comporta um enquadramento em ciclos mecânicos e repetitivos, ou mesmo focados nas relações políticas que subsumem as demais dimensões da base empírica, assumindo uma prioridade ao nível analítico internacional, como sugerem algumas abordagens do *mainstream* das Relações Internacionais. Trata-se, portanto, de uma perspectiva mais holista envolvendo interno e internacional. Operacionalizar a análise do período selecionado para a pesquisa não partirá de nenhuma analogia com processos de ascenso e descenso hegemônicos já concretizados.

Uma das hipóteses não desenvolvidas por Gramsci no cárcere foi a recorrência da hegemonia em sua forma incompleta como revolução passiva na maioria dos processos históricos, vendo-a como chave para analisar tais trajetórias. Ou seja, classes e suas frações promovem uma modernização conservadora conduzida “por cima”, pelo Estado, cooptando parte das classes e grupos subalternos e das suas demandas sem dar-lhes protagonismo político (GRAMSCI, 1975).

Também importante para a presente monografia serão duas chaves da análise gramsciana: a primeira será a análise de relações de força, segundo a qual não se pode focar somente em uma conjuntura ou em uma única dimensão de análise e sim em todo um processo histórico, derivando o entendimento de que forças sociais e históricas somente podem ser tomadas como esgotadas após o desenvolvimento de todas as suas potencialidades e contradições. A proposta aqui apresentada se situa justamente num curto período de um processo histórico mais amplo. A

operacionalização da análise situaria o recorte cronológico no contexto mais amplo da hegemonia estadunidense de conteúdo fordista que passou por inúmeras transformações e ressignificações. Em uma palavra, “traduções” na acepção gramsciana. A “tradução” referida também se aplica ao caráter específico do período recortado em termos de compreensão de uma hegemonia limitada enquanto revolução passiva. Esta categoria também não pode ser situada de forma mecânica e repetitiva em relação a outras análises em períodos em que ela se fez presente para buscar compreender etapas do processo histórico alemão. Tal menção dá o ensejo para desenvolver mais a respeito de tal categoria.

Justamente pelo que foi tratado no parágrafo anterior, a segunda chave seria a “tradução”, a ressignificação de uma formulação ou conceito (mantendo alguns aspectos da sua elaboração original) para a sua peculiaridade histórica, cultural, social, econômica etc., cuja consecução seria não mecânica e profunda somente no âmbito do materialismo histórico. A aplicação de tais referências para análise da bibliografia buscará não focar somente nos aspectos interestatais ou de uma única dimensão, buscando o todo e entendendo que interno e internacional no objeto em tela fazem parte de um processo histórico mais amplo, incidindo sobre a particularidade da hegemonia alemã na relação com o Brexit no período em tela.

Portanto, o processo histórico que envolveu a República Federal Alemã no pós-Segunda Guerra Mundial se inseriu – como hipótese - em lógica de reconstrução e revolução passiva em vista dos imperativos da Guerra Fria. Ou seja, era estratégico aos EUA contornar uma potencial convulsão social de um país destruído para evitar a ampliação da hegemonia da União Soviética no Leste Europeu. O seu reerguimento e proeminência econômico-financeira em contexto da consecução do esforço de construção do que seria a futura União Europeia (UE) se deu, em boa medida, em lógica keynesiana, de relativa prosperidade, maior extração de excedentes de suas classes trabalhadoras comparativamente a outros Estados do continente (BUCI-GLUCKSMANN; THERBORN, 1981; HARVEY, 1990) e gradativa modernização do espaço econômico comum europeu nos padrões das elites financeiras germânicas. Com mudanças no pós-Guerra Fria pautadas em perspectiva neoliberal e monetarista, o processo seguiu uma outra lógica de passivização (BRUFF, 2010; BELINA, 2013; BIELING, 2015), com tímidas iniciativas keynesianas para minimizar o impacto da hegemonia neoliberal e da crise da zona do euro. Aplicando-se sumariamente a

perspectiva gramsciana de metodologia histórica e de análise de relação de forças, a hegemonia continental alemã de suas elites financeiras se insere num contexto histórico mais amplo de hegemonia norte-americana de conteúdo fordista (com o inalterado princípio do capitalismo de produção e consumo em massa) que passou por várias ressignificações e transformações ao longo de cem anos.

O “Brexit” (*British Exit*) – como foi apelidado o processo de saída do Reino Unido da União Europeia – desdobrou-se de uma promessa eleitoral do primeiro-ministro inglês, David Cameron, que assegurava a realização de um referendo caso o Partido Conservador obtivesse vitória nas eleições de 2015. Importante neste processo foi a atuação dos populistas de direita, organizados sob o U.K.I.P (Partido de Independência do Reino Unido, do inglês “*United Kingdom Independence Party*”), grupo que, popularizando-se em 1990, opôs-se à união política e econômica com a Europa – à época ensejada pelo Tratado de Maastricht (RENNI; SANTOS, 2016, p. 8). Com a vitória dos conservadores, o referendo fora realizado no ano seguinte, e diante de um parecer positivo – 52% dos 30 milhões que votaram -, David Cameron anunciou sua renúncia na manhã do dia 25 de junho, legando aos sucessores – Theresa May (2016 – 2019), e posteriormente Boris Johnson (2019 -) – o afã de acionar o art. 50 do Tratado de Lisboa, viabilizando a saída institucional do Reino Unido da U.E.

Análises de inspiração gramsciana (BIELING, 2015; CAFRUNY, 2015; BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015) apontam, com diferentes linhas de argumento, uma limitada hegemonia regional alemã em face das dificuldades de lidar com a crise da zona do euro (aprofundada a partir de 2008), cuja manifestação recente mais contundente foi o Brexit. De forma geral, a análise sobre o Brexit costuma recair sobre as questões conjunturais relacionadas às crises econômicas global e da zona do euro e as crises de migração recentes (ENGELEN, 2016; XAVIER, 2017) que incidiram sobre o resultado da consulta popular que levou a tal desfecho. Contudo, uma amostra significativa de literatura pertinente (GONÇALVES, 2016; OLIVEIRA; WOLF, 2016; SCHUTE, 2017) apresenta elementos de um processo histórico mais amplo de dificuldades de integração referentes à Grã-Bretanha desde as primeiras iniciativas nesta direção com o Acordo de fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951, da qual Londres já estava ausente.

Sempre um “*awkward partner*” (GONÇALVES, 2016, p. 8) em suas relações com o bloco, o Reino Unido processou seu engajamento na U.E sempre acompanhado de um discurso pautado no “Euroceticismo”: inicialmente um euroceticismo “brando”, que tolerava o discurso integracionista, mas se opunha às obstruções europeias ao interesse nacional inglês; e, posteriormente, um euroceticismo “duro”, oposto ao projeto de integração supranacional europeu e representativo do populismo de direita do U.K.I.P (GONÇALVES, 2016, p. 9-10). Tornando-se membro da Comunidade Econômica Europeia (EEC) tardiamente em 1973, momento caracterizado pela crise conjuntural e parcial do Fordismo, o Reino Unido iniciou sua trajetória no bloco vitimado por uma recessão econômica, situação que favoreceu o entendimento de que a União Europeia traria mais malefícios do que benefícios (SCHUTTE, 2017, p. 125).

As condições econômicas em que se encontrava a Inglaterra no momento que negociava sua saída refletem o desejo imediato de se desligar da União Europeia, visto que, no entendimento das autoridades econômicas inglesas, a saída implicaria em maior desregulamentação das áreas bancária e das finanças, e políticas de livre-mercado mais acentuadas. Tal crença ganhou respaldo nos círculos das elites políticas da Inglaterra – historicamente hesitantes à União Europeia - por efeito da crise econômica de 2008: com a recessão e o desemprego oriundos desta, o movimento óbvio tendeu a um maior afastamento da centralização europeia e maiores pretensões às medidas neoliberais. Importante acrescentar que, em decorrência da evolução do desemprego, cresce a convicção do cidadão inglês comum de que a causa para tal seria um fluxo incessante de imigrantes para dentro do Reino Unido – especialmente os muçulmanos. Assim, outra grande motivação para o Brexit seria a possibilidade de barrar ou limitar a entrada de imigrantes no território inglês (OLIVEIRA; WOLF, 2016).

A conjuntura do Brexit representou uma cisão com a elite tradicional eurocética britânica e seus valores, tendo o UKIP ascendido às cadeiras do Parlamento de Westminster (JESSOP, 2016, p. 2). Assim como a Alemanha, também o Reino Unido estava inserido na lógica da hegemonia estadunidense com conteúdo fordista, herdando os principais problemas e dilemas desta. Com o advento do neoliberalismo e da globalização na década de 70, a financeirização passaria a ser a estratégia dominante das economias capitalistas, principalmente para países como Inglaterra,

EUA, Alemanha, França. No Reino Unido especificamente, a financeirização desencadeou uma forte desindustrialização, levando, em última instância, à piora de indicadores sociais e ao desemprego generalizado em áreas industriais, dependentes da indústria manufatureira. Uma crise “é um processo, e não um evento” (GRAMSCI, 1995, p. 219).

O referendo do Brexit, portanto, faz parte de uma crise orgânica (JESSOP, 2018, p. 1738), que vem escalando desde sua adesão à União Europeia, em 1973. A crise da zona do euro fora apenas o estopim de uma crise mais ampla, que por sua vez se desdobra de uma crise de hegemonia insustentável em si mesma. Não obstante, a percepção dos políticos e dos cidadãos do Norte era de que “a soberania britânica estava sendo trocada pelas instituições políticas europeias” (JESSOP, 2016, p. 4). Como será dito neste trabalho, a abordagem do estado alemão na lide com a crise financeira europeia contribuiu para aprofundar a crise orgânica perpetuada pelo neoliberalismo em território britânico. Uma vez que a Alemanha é um estado com claras intenções de modernização conservadora no seio da União Europeia, e com um processo contínuo de revolução passiva em seu próprio plano interno, a hegemonia incompleta alemã na construção de um bloco regional foi imperativo no aprofundamento do euroceticismo inglês, e fundamental na produção das contradições que levaram à decisão de sair da União Europeia.

Não é possível a manutenção da unidade europeia dentro do bloco sem o consentimento e a coerção das partes. Sem o “centauro maquiaveliano” de Gramsci, a Alemanha não poderá impedir a deserção do Reino Unido. Ambos os países estão inseridos em uma crise mais ampla, fruto do Americanismo. Decidida a preservar e conservar seus interesses econômicos, a Alemanha acentua as desigualdades e divergências político-econômicas no seio da União Europeia, desagradando países que gostariam de trilhar outros caminhos. Sua hegemonia incompleta, consequência histórica da adoção de uma “via prussiana”, viabilizou um cenário de vácuo regional, que foi preenchido pelo populismo de direita britânico, sob a liderança do UKIP de Boris Johnson. Restam saber os próximos capítulos na esteira desta crise orgânica, e se a saída inglesa predisporá à novas crises na União Europeia.

## 2 A HEGEMONIA INCOMPLETA ALEMÃ NA UNIÃO EUROPEIA

### 2.1 Hegemonia alemã em sentido gramsciano

A hegemonia é uma categoria comumente utilizada nas análises e teorizações das Relações Internacionais. Suas primeiras impressões foram delineadas pelo pensamento grego na Antiguidade Clássica (ANDERSON, 2017), remontando aos escritos de Heródoto sobre a liderança legítima e respectiva reivindicação desta por Atenas e Esparta. Também Tucídides buscou interpretar a categoria: em sua obra “História da Guerra Do Peloponeso”, interpreta a hegemonia no sentido de “[...] um sistema de alianças no qual o Estado que tem a liderança exercita seu poder sobre estados que consentem mutuamente” (TUCÍDIDES apud FONTANA, 2000, p. 316).

O conceito de hegemonia adquirirá novos significados com a obra do filósofo e político italiano Antonio Gramsci, os quais são importantes reconstruir, e que constituem a principal ferramenta pela qual o presente trabalho analisará seu objeto. É também através da obra de Gramsci que teorias contemporâneas de Relações Internacionais ensejarão novas interpretações da categoria de hegemonia. A noção gramsciana do conceito reside – como o próprio Gramsci constata em seus escritos – no prefácio de “Contribuição à Crítica da Economia Política” de Marx, à qual ele traduziu e incluiu em uma parte de seu Caderno 7 (GRAMSCI, 1975, p. 2358-2360).

Gramsci desenvolverá sua própria versão do conceito através de uma ressignificação crítica das teorias de seus antecessores – o que Gramsci chamou de “tradução” -, definindo a Hegemonia como “[...] a combinação de força e consenso, as quais equilibram uma à outra reciprocamente, sem que a força predomine excessivamente sobre o consenso<sup>1</sup>” (GRAMSCI, 1971, Q13, §57, p. 80, tradução nossa).

Na verdade, Gramsci julgava como extremamente importante para a realização de uma hegemonia plena o reconhecimento das posições ideológicas predominantes do proletariado pelas classes subalternas, caracterizando o consenso

---

<sup>1</sup> Do original: characterised by the combination of force and consent, which balance each other reciprocally, without force predominating excessively over consent.

(BOOTHMAN, 2008, p. 204). Trata-se, para Gramsci, do centauro maquiaveliano, que representa a natureza dual do problema: “[...] ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade [...]” (GRAMSCI, 2019, p. 34, Q13, §14). Tal perspectiva se constitui com a direção e dominação de uma concepção de mundo de um grupo ou fração de classe sobre os demais, ponto que permite articular organicamente as questões internas de um Estado com o plano internacional.

Em oposição à hegemonia em sentido pleno, faz-se presente a questão da “hegemonia incompleta”. Na acepção gramsciana, esse termo concerne àquelas hegemonias que, paradoxalmente, possuem caráter transformador e restaurador simultaneamente. Geralmente<sup>2</sup> esse fenômeno ocorre em consonância aos acordos estabelecidos entre as novas e velhas classes dirigentes, que por sua vez não lograram estabelecer consenso na organização desse processo, donde se opera a condução das transformações por meio da força e do Estado. Para aplacar os descontentamentos dos subalternos, faz-se recorrente a cooptação de suas demandas pelo grupo dominante, tolhendo-lhes o protagonismo político. Gramsci (2007, Q13, §1) lança mão de alguns processos históricos descritos em seus cadernos, como expressões desse fenômeno, diferenciando-os daqueles processos que remetem à hegemonia completa<sup>3</sup>.

## 2.2 Revolução passiva no contexto alemão

Em seus estudos sobre o *Risorgimento*, Gramsci depreende que, em um Estado com uma estrutura enfraquecida e um controle social dissociado de mecanismos econômicos, a classe dominante – no contexto, a classe burguesa – tenderá a uma formação atrasada, e sua reprodução social e política do capitalismo será um tanto singular. Buscando compreender esse momento da história italiana, o autor retoma o conceito de “Revolução Passiva” atribuído ao historiador Vincenzo

---

<sup>2</sup> De acordo com Passos (2019, p. 25), o conceito não deve ser generalizado.

<sup>3</sup> Gramsci afirma que os únicos processos históricos que produziram profundas transformações radicais e, conseqüentemente, uma hegemonia completa do grupo triunfante, foram a Revolução Francesa, e o início da Revolução de Outubro de 1917.

Cuoco, remodelando-o em seus próprios termos (PASSOS, 2019, p. 25). Em suma, uma “Revolução Passiva” assinala a aliança entre uma burguesia débil, desprovida das estruturas econômicas que determinam as relações sociais - e por isso incapaz de dirigir um processo de ruptura da ordem anterior -, com as classes dominantes pré-capitalistas, que por sua vez temem a ascensão da incipiente Sociedade Civil e reconhecem a iminência de união com a nova classe, viabilizando uma modernização que conservará os elementos políticos, sociais e econômicos da ordem anterior.

No contexto do desenvolvimento histórico alemão, a revolução passiva assume uma forma própria, na figura da “via prussiana” (COUTINHO, 2011, p. 205). Esse processo histórico consistiu na transformação das formas medievais de propriedade agrária a partir de uma via reformista, que implicava na transformação da velha propriedade rural em empresa capitalista agrária, e na manutenção de formas de trabalho fundadas na coerção extraeconômica, em uma aliança com a burguesia e o Estado na nova ordem capitalista, marcando o perfil restaurador e de hegemonia incompleta do país. A permanência desse processo em suas diferentes épocas, mantendo a mesma forma, viabilizará a formação de um Estado subsidiário de sucessivas modernizações restauradoras (BIELING, 2011, p. 110; BELINA, 2013, p. 278), que não poderia, na hipótese do presente trabalho, constituir-se como hegemônico na sua plenitude.

O primeiro processo histórico que enseja uma revolução passiva como realidade da formação econômico-social alemã é, sem dúvidas, a Unificação Alemã de 1871. Historicamente, a Alemanha fora constituída por uma nobreza feudal que – diferentemente da França e Inglaterra, onde o feudalismo havia sido quase que totalmente abolido - tinha conservado boa parte dos seus antigos privilégios feudais, na esteira do século XIX (ENGELS, 1982, p. 11). Os “*junkers*”, como eram chamados os membros dessa aristocracia, ensejaram um movimento de abolição do feudo, mas sem abrir mão da rentabilidade de suas terras: o que Lenin descreveu como sendo o “capitalismo pelo alto” (LENIN, 1978, p. 239). Tal nobreza possuía todo o aparato jurídico e militar que viria a constituir o Estado alemão pós-1871. “Assim, os *junkers* foram, em sentido útil, totalmente capitalistas. Era um capitalismo marcado profundamente pelo passado feudal imediato da Prússia, e pela forte subjugação dos

camponeses que o marcou<sup>4</sup> (BYRES, 2009, p. 50, tradução nossa). Já a burguesia alemã, oriunda das grandes cidades, era atrasada materialmente em relação aos seus pares franceses e ingleses.

Era essa a configuração da Alemanha na esteira da unificação: um proletariado derrotado e desiludido; uma burguesia enfraquecida e mansa; e uma aristocracia capitalista com forte presença na burocracia estatal e no exército, certa de que à Prússia cabia a missão de conciliar os interesses das elites nos Estados alemães. Foi graças à ascensão dos *junkers* que Otto Von Bismarck – ele mesmo um *junker* - determinou a unificação da Alemanha. A burguesia alemã, particularmente, exercia pífia influência nas decisões relativas à política interna e externa dos Estados alemães.

O conceito de relações de força é imprescindível para o entendimento deste cenário de subjugação e ascensão de determinada classe social na esteira de uma luta entre classes pela hegemonia interna de um Estado. As relações de força dizem respeito a uma metodologia histórica que objetiva inserir as análises das transformações históricas em sua totalidade, rejeitando avaliações parciais, unidimensionais ou com foco somente na conjuntura em detrimento dos processos históricos mais amplos, partindo da premissa marxiana “[...] de que não se inaugura uma nova formação econômico-social antes do esgotamento de todas as contradições, forças produtivas e formas de produção da vida que lhe precede.” (PASSOS, 2019, p. 22).

Em suma, trata-se do entendimento da relação entre **estrutura** e **superestrutura**<sup>5</sup> (GRAMSCI, 2019, p. 36, Q13, §17). Entretanto, o filósofo italiano chama atenção à obrigatoriedade de uma transformação histórica constituir-se em função de “movimentos orgânicos” (relativamente permanentes) na estrutura, em contrapartida à mera “conjuntura” (movimentos ocasionais, quase acidentais), nos primeiros ocorrendo a modificação das relações de força como triunfo da decadência de uma determinada formação histórica (GRAMSCI, 2019, p. 37, Q13, §17). Portanto, as contradições presentes no seio de uma estrutura, quando levadas à “maturidade”,

---

<sup>4</sup> No original: “By then the Junkers were, in every useful sense, fully capitalist. It was a capitalism marked deeply by Prussia’s immediate feudal past and the powerful subjugation of the peasantry which it entailed.”

<sup>5</sup> Para saber mais, ver também Marx (2017, vol. 1).

determinando uma crise e sendo conservadas e defendidas pelas forças políticas responsáveis por sua permanência, representam, para Gramsci, nada mais do que os esforços para uma superação – em oposição à efetiva modificação - de tais contradições:

Estes esforços incessantes e perseverantes [...] formam o terreno do 'ocasional', no qual se organizam as forças antagonistas que tendem a demonstrar [...] que já existem as condições necessárias e suficientes para que determinadas tarefas possam e, portanto, devam ser resolvidas historicamente. (GRAMSCI, 2019, p. 37, Q13, §17).

Uma hegemonia em sentido gramsciano virá a ser superada na medida em que uma transformação orgânica ensejar a modificação das relações de força. Para sustentar o que foi dito, Gramsci (2019, p. 40-42, Q13, §17) atenta para três momentos ou graus de desenvolvimento das relações de força. Em um primeiro momento, há uma relação de forças **objetiva**, ligada à estrutura, capaz até mesmo de ser mensurada pelos sistemas das ciências exatas e físicas. As forças materiais de produção constituirão o critério para determinar o aparecimento dos grupos sociais, uma vez que, com o progressivo desenvolvimento destas, cada grupo participará da produção ocupando uma posição e representando uma função determinada. Pode-se dizer que as relações destes grupos com a produção capitalista constituem as relações de força nesse primeiro momento de desenvolvimento, viabilizando os primeiros sinais de contradições.

O próximo momento diz respeito à relação de forças **políticas**, a saber, o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização atingido pelos agrupamentos sociais. Inicialmente, ocorre um estágio econômico-corporativo, providenciando que um grupo social seja capaz de demonstrar solidariedade entre seus membros (por exemplo, um comerciante com outro comerciante), mas não com membros de outros agrupamentos (comerciante com fabricante), ou seja, a capacidade de se organizar como grupo homogêneo, mas sem conseguir se organizar como grupo social mais amplo. O segundo estágio consiste na solidariedade de interesses entre os agrupamentos, dentro do grupo social mais amplo, mas com conteúdo meramente econômico, possibilitando – através da figura agora participante do Estado – uma igualdade político-jurídica com os grupos dominantes.

O terceiro e último estágio do momento político das relações de força é justamente aquele que efetiva as disputas entre grupos dominantes e subordinados –

através de partidos políticos -, onde o círculo corporativo dos agrupamentos reunidos é superado, e estes deixam de constituir grupos meramente econômicos, buscando aglutinar grupos menores aos seus interesses. Significa que as ideologias construídas durante o primeiro momento das relações de força se confrontarão no terreno político, onde uma delas, ou possíveis combinações, tenderão a prevalecer, determinando a unidade dos fins econômicos e políticos dos grupos subordinados, além da unidade moral e intelectual dos mesmos, extrapolando o momento econômico-corporativo de um grupo individual, e alcançando o momento universal de unificação de todos os interesses dos grupos subalternos em um único grupo social fundamental que encarnará a missão de confrontar e derrotar politicamente o grupo dominante , ou seja, o momento da hegemonia.

É, portanto, a “[...] passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas [...]” (GRAMSCI, 2019, p. 42, Q13, §17) que propicia o terreno fértil para o embate entre as diversas ideologias, vinculadas aos interesses dos diversos grupos, de onde sucede a vitória política e a hegemonia do grupo triunfante. Ademais, Gramsci (2019, p. 42, Q13, §17) chama atenção para a complementaridade entre as relações de forças internas de um Estado-Nação e as internacionais, produzindo combinações heterogêneas e historicamente concretas. Na metodologia proposta pelo autor, as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais fundamentais. A partir do momento que há uma inovação orgânica (e não conjuntural) na estrutura, seguem-se, necessariamente, modificações orgânicas das relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares, ao passo que as relações internacionais agem passiva e ativamente sobre a política doméstica dos Estados, principalmente nas disputas hegemônicas dentro dos mesmos (GRAMSCI, 2019, p. 20, Q13, §4). Não sendo, assim como a história, um processo homogêneo, e sendo inserido na totalidade de determinada formação econômico-social, a hegemonia:

[...] diz respeito a várias possibilidades de análise de inúmeras dimensões da vida desde o plano mais local até o nível internacional como uma verdadeira concepção de mundo envolvendo, classes, grupos e seus estratos. A hegemonia no sentido mais pleno, completo remete a profundas transformações (PASSOS, 2019, p. 23).

Em um terceiro e último momento de desenvolvimento das relações de forças, temos o que Gramsci denomina de relações de forças **militares** (GRAMSCI, 2019, p.

43, Q13, §17). Desse, podem-se distinguir dois graus decisivos: o momento técnico-militar (militar em sentido estrito), e o político-militar. O autor define o momento político-militar como sendo aquele da ação política pautada em reflexos de caráter militar próprios, determinado a desagregar um exército nacional hegemônico, a diluir a força militar nacional, possibilitando a formação de uma nova hegemonia. O exemplo proporcionado pelo autor é o de lutas por independência: na tentativa de conquistar a independência, os subalternos precisarão se organizar militarmente para enfrentar um exército hegemônico que detém grande parte do território e do poder bélico. Esse é o momento político-militar dos subalternos, o momento de sublevação.

Em um processo de revolução passiva, o Estado fica incumbido de uma tarefa ambígua, a saber, a de organizar e conter a sociedade civil. Essa tarefa é assegurada pela cooptação das classes subalternas, através do fornecimento de interesses corporativos, mantendo-as na inércia, contudo admitindo manifestações inorgânicas e esporádicas que não encerrem a dominação “de cima para baixo”. Dessa relação entre Estado, burguesia incipiente e classes dominantes pré-capitalistas, origina-se o que Gramsci denominou de “Sociedade Política” (GRAMSCI, 1975, p. 130, 1020). Portanto, em uma revolução passiva é o Estado que lidera o processo de conservação e organização, mais especificamente o Estado organizado como “Sociedade Política”, caracterizando a predominância do aspecto de dominação como coerção, sobre o de liderança como consenso organizado:

O conceito de revolução passiva, ao meu ver, aplica-se não somente à Itália, mas também para esses países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou guerras nacionais sem terem passado por uma revolução política radical do tipo Jacobina<sup>6</sup> (GRAMSCI, 1996, p. 232, Q4, §57, tradução nossa).

Enfraquecida pelos eventos da revolução alemã de 1848-1849, coube à burguesia o papel de telespectador diante dos eventos da unificação alemã – uma vez que as relações de força pendiam para os *junkers*. Característica determinante nessas relações de força, o militarismo prussiano foi crucial para cooptar as classes sociais e viabilizar uma revolução passiva sem participação popular ou qualquer oposição dos burgueses e pequeno-burgueses alemães:

---

<sup>6</sup> Do original: “The concept of passive revolution, it seems to me, applies not only to Italy but also to those countries that modernise the state through a series of reforms or national wars without undergoing a political revolution of a radical Jacobin-type.”

A versão bismarckiana de formar o Estado-nação com ‘sangue e ferro’ (*blut und eisen*) reforçou o peso político e social do oficialato, que, na tradição prussiana, era já muito pronunciado e altamente imune a qualquer controle parlamentar. Na cultura social e política, isso levou à militarização, uma característica comumente notada pelos visitantes de outros países. [...] Sem a experiência de uma revolução popular triunfante, moldada por uma longa tradição de burocracia engessada e reformas feitas pelo alto, e adicionalmente confrontada por um movimento proletário cada vez mais forte, a burguesia alemã parecia relativamente fraca e “não-burguesa”, pelo menos em comparação com o Oeste da Europa.<sup>7</sup> (KOCKA, 1999, p. 42, tradução nossa).

### 2.3 Fordismo e via prussiana no entreguerras

A intensificação do processo de modernização conservadora da Alemanha através de uma via prussiana amadurecerá com o advento do que Gramsci, em seus estudos sobre os Estados Unidos da América<sup>8</sup>, denominou “Fordismo” e “Americanismo”. Harvey (1990, p. 125) atesta que o Fordismo teve início em 1914, quando Henry Ford introduziu a linha de produção automobilística em Michigan pautada na jornada de trabalho de oito horas e cinco dólares diários. Ford estava consciente que a produção em massa consistia no consumo em massa, e seu objetivo final estava não só na racionalização da linha de produção de suas fábricas, mas também na criação de uma nova identidade para o trabalhador moderno, na tentativa de racionalizar o consumo dos trabalhadores e atender às expectativas da incipiente hegemonia estadunidense. Não só uma identidade, o Fordismo ensejou uma ideologia (MORTON, 2007, p. 103).

O fordismo deve ser entendido como conteúdo do Americanismo, da hegemonia estadunidense, em escala mundial, dotado de características históricas e materiais próprias de seu tempo, com tempos históricos peculiares, que o

---

<sup>7</sup> Do original: “Bismarck’s variant of forming the nation-state with “Blut und Eisen”—“blood and iron”—reinforced the political and social weight of the officer corps, which, in the Prussian tradition, was anyway very pronounced and not subject to any parliamentary control. In the political culture and socially, this led to militarization, a feature often noted by foreign visitors to the German Empire. [...] Without the experience of a successful popular revolution, molded by a long tradition of entrenched bureaucracy and top-down reforms, and additionally challenged by an ever-stronger proletarian movement from below, the German bourgeoisie seemed relatively weak and ‘unbourgeois’, at least compared with the West.”.

<sup>8</sup> Para mais informações, ver também Gramsci (2008, 96 p.).

aproximam em certo sentido da noção de desenvolvimento desigual e combinado (uma categoria pensada por Leon Trotsky) do capitalismo hegemônico entendido em sua totalidade histórica global (PASSOS, 2019, p. 24). Este entendimento viabiliza um outro, atinente à questão das revoluções passivas: “A manifestação da hegemonia neoliberal no mundo, a título de exemplificação, não é homogênea nem uniforme em todos os Estados e regiões do globo e menos ainda no interior dos referidos Estados.” (PASSOS, 2019, p. 24).

Ou seja, temos que a via prussiana se desenvolve em sintonia com os mandos e desmandos do capitalismo global, refletindo os diferentes fenômenos oriundos do conteúdo fordista da hegemonia na esteira do desenvolvimento histórico alemão, de forma desigual e combinada. Em consonância com essa proposta, Gramsci convida seus leitores a entender os problemas atuais, do período histórico presente, como uma continuação de antigas questões associadas a novas problemáticas, através da combinação das velhas e novas formas de pensamento de determinadas relações de força, um entendimento dos fenômenos que o filósofo denominou como “historicismo absoluto” (GRAMSCI, 1971, p. 465, Q11 §27).

Esse entendimento viabiliza a apropriação de ideias, questões e filosofias passadas que ainda são relevantes para o presente, permitindo transcender o contexto social do mesmo: claramente uma teoria está associada às relações sociais de uma determinada época, mas *alguns* problemas são perenais, uma vez que pensamentos subjacentes sobre uma série de questões concretas se repetem nos períodos históricos seguintes (FEMIA, 1981a, p. 122-123 apud MORTON, 2007, p. 31). Compreender o historicismo absoluto é analisar o passado em uma tentativa de entender as realidades políticas atuais, uma vez que passado e presente se moldam e condicionam o futuro (MORTON, 2007, p. 32).

Quais critérios, todavia, legitimam esse entendimento gramsciano, de que ideias passadas atuam eficientemente em realidades políticas atuais? O primeiro assume que uma teoria deve ser guiada pelo interesse em entender a política prática, ao invés de se manter meramente no reino das ideias – uma argumentação que Gramsci insistiu como oposição à filosofia especulativa e idealista de Benedetto Croce (1866-1952). Portanto, uma teoria só poderá apresentar um nível satisfatório de generalidade, se for capaz de viabilizar um entendimento prático de uma realidade ou situação concreta, que difere daquela na qual se originou (GRAMSCI, 1971, p. 436,

Q11 §22). Posto de forma mais simples, faz-se a pergunta: “a teoria pode viajar?”<sup>9</sup> (MORTON, 2007, p. 34, tradução nossa).

A partir do primeiro critério, formula-se o segundo: em que medida tal teoria realmente torna-se incorporada à realidade, como se fosse originalmente uma expressão desta? Nesse sentido, uma teoria deve ser entendida nos termos de sua “encarnação social” (*social embodiment*), ou seja, em que medida o conteúdo dessa teoria encontra expressividade no dia-a-dia das pessoas comuns (MORTON, 2007, p. 35). Para Gramsci, não é importante a busca por uma verdade absoluta, mas sim de uma “verdade particular”, uma vez que: “[...] para o propósito da história humana, a única “verdade” é a verdade encarnada na ação humana, que se transforma em uma força motriz passional na mente das pessoas<sup>10</sup>.” (GRAMSCI, 1977, p. 185, tradução nossa).

É com o auxílio do historicismo absoluto que se faz possível compreender o papel desempenhado pela via prussiana e pelo ideário liberal-conservador durante o desenvolvimento histórico da Alemanha, no contexto de um fordismo global que ocasiona a “[...] ‘exportação’ e recepção em diferentes temporalidades dos padrões de consumo, produção e sociabilidade.” (PASSOS, 2019, p. 63). Essa “exportação” do fordismo também atua no amadurecimento das relações de força dentro de determinada sociedade, condicionando disputas hegemônica em níveis regionais, continentais e internacionais, que muitas vezes assumem a forma e o conteúdo do fordismo estadunidense, como é o caso da via prussiana e seu conteúdo modernizador, mas simultaneamente restaurador, incorporado na figura dos *junkers*, mas perpetuado pelas elites alemãs.

O nexos entre nacional (via prussiana) e internacional (fordismo), constantemente reafirmado pelo presente trabalho, faz-se possível pelo que Gramsci (1975, p. 1377, 1427, 1468, 2306) denominou “tradutibilidade” ou “tradução”, uma ressignificação histórica e holista de categorias e análises em várias dimensões. Principalmente, essa tradutibilidade enseja um “nexo orgânico” (PASSOS, 2019) entre nacional e internacional, de forma que modificações dentro de um Estado – no que

---

<sup>9</sup> Do original: “Put simply, can theory travel?”.

<sup>10</sup> Do original: “For the purpose of human history, the only ‘truth’ is the truth embodied in human action, that becomes a passionate driving force in people’s minds.”.

diz respeito às lutas hegemônicas entre os grupos – incidem sobre as capacidades técnicas e militares desse Estado, afetando sua conduta no plano internacional sem um padrão homogêneo. Também as modificações ocorridas no plano internacional incidem, heterogeneamente, na luta hegemônica presente dentro desse Estado.

O período entreguerras foi essencial para definir ainda mais a forma e o conteúdo dessa revolução passiva alemã, uma vez que fora marcado por diversas possibilidades de transformações orgânicas e lutas hegemônicas entre nazistas, fascistas, liberais e comunistas. O fordismo aparentava estar com seus dias contados. Todavia, não se deve esquecer que uma nova formação econômico-social só existirá na medida que em todas as contradições, forças produtivas e formas de produção forem superadas, situação histórica que não procedeu após o término da Segunda Guerra Mundial (FERREIRA; SAID, 2013, p. 6).

Na verdade, as tensões oriundas do término da Primeira Guerra, que resultaram em diversos levantes populares socialistas pela Europa, ao falharem em seus objetivos de subjugar as classes hegemônicas capitalistas de seus respectivos países, aprofundaram mais ainda o conteúdo contraditório das crises estruturais posteriores, levando a um período de turbulências e confrontos. O Americanismo surge neste contexto como forma de organizar as relações sociais e humanas. Acompanhado do Fordismo, ambos intentam inaugurar uma nova era, um “novo” capitalismo, mas com a continuidade das relações sociais inerentes ao “velho” capitalismo (FERREIRA; SAID, 2013, p. 7). Tratou-se, evidentemente, de uma crise conjuntural, e não orgânica - como queriam os grupos revolucionários.

Com efeito, a crise orgânica sempre esteve em curso, pois é inerente ao capitalismo global como um todo. As guerras foram consequências diretas da crise orgânica em curso, e o fordismo e o americanismo foram respostas à essa crise orgânica maior (FERREIRA; SAID, 2013, p. 8). Também o nazismo e o fascismo geraram suas respectivas respostas, buscando subverter a ordem liberal vigente através das guerras de posição e do recrutamento das massas abastadas e desiludidas com as consequências da crise de 29. Aqui, é necessário reforçar o entendimento de que o fordismo, como resposta aos dilemas do capitalismo britânico, não rompeu com as contradições geradas, apenas representando uma continuidade, uma revolução passiva (FERREIRA; SAID, 2013, p. 14). Expressando a “nova” ordem liberal do período entreguerras, o fordismo e o americanismo disputaram a hegemonia

no plano internacional com os blocos de poder socialista e fascista, produzindo alterações nas relações de força das diversas nações envolvidas no conflito.

Imprescindível dizer, que é na tradutibilidade gramsciana que se faz possível pensar uma teoria da hegemonia nas relações internacionais, uma vez que a expressão hegemônica de determinado grupo opera primeiro no âmbito nacional, determinando autonomia de decisões internas, sem que haja pressão externa por outros Estados, para que, posteriormente, a hegemonia interna - suplementada por elementos que garantam a hierarquia de um Estado frente aos outros no âmbito internacional – possa, na figura de potência relevante, exercer influência externa nos outros Estados, transformando-se em potência hegemônica: “O modo através do qual se exprime a condição de grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre os outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, líder e guia de um sistema de alianças e de pactos com maior ou menor extensão.” (GRAMSCI 1977: Q 13, § 19, 1597-1598).

O nazismo, em sua reação violenta ao capitalismo, é entendido como “tradução”, uma vez que é expressão direta da crise orgânica histórica, e da crise hegemônica do capitalismo mundial. Seu conteúdo, todavia, não é revolucionário, mas sim “restaurador”, reivindicando o passado cultural da Alemanha e se apropriando do Fordismo para desenvolver a economia nacional. Tratou-se, em excelência, de uma revolução passiva levada adiante pela elite alemã, cooptando as massas pela coerção, recuperando o consenso, e excluindo os subalternos das tomadas de decisões (FERREIRA; SAID, 2013, p. 20). Com o fim da Segunda Guerra, ficou claro que não haveria ruptura com as formas de produção sociais alemãs, e as relações de força se mantiveram em sua mesma configuração, inseridas no processo histórico da via prussiana.

Com a derrota do Eixo, a destruição da Europa, e a fragilidade da União Soviética em cooptar aliados, os Estados Unidos e suas frações de classe hegemônica persistiram na assunção do papel de potência hegemônica, desdobrando-se a continuidade da tradução do Fordismo. Muitos grupos socialistas vislumbraram a possibilidade de ruptura orgânica e total com a hegemonia burguesa internacional, enquadrando em crise conjuntural esse momento decisivo da história. Com suas próprias formas de produção e tradução de todas as dimensões da vida,

o fordismo claramente não ensejaria uma hegemonia revolucionária e popular, mas sim uma revolução passiva com o desejo de manter o *status quo* social. Através da tradutibilidade gramsciana, fica evidente que as consequências desse fenômeno internacional para a Alemanha seriam a de manutenção de sua revolução passiva, através de novas formas, mas sem se dissociar de seu conteúdo estrutural.

#### **2.4 Revolução passiva alemã, do pós-guerra a 2008**

O período posterior à Segunda Guerra Mundial engendra uma racionalização maior do Fordismo, possibilitada pela emergência de centros industriais e tecnológicos amadurecidos na guerra e presentes em diversas regiões ao redor do globo, e a ruptura da ordem hegemônica pré-guerra. Soma-se ao processo a crescente liderança do Estado – principalmente os EUA – na intervenção econômica doméstica, e também internacional, propiciando a reconstrução dessas regiões que foram severamente afetadas pela guerra. Isso não seria possível, evidentemente, se na luta hegemônica entre os diferentes grupos no período entreguerras, os movimentos trabalhistas radicais não tivessem sido derrotados (HARVEY, 1990, p. 133).

O resultado fatal é uma tradução (no sentido gramsciano) do conteúdo fordista da hegemonia estadunidense no âmbito internacional, calcada na crescente e estável demanda dos centros industriais regionais distribuídos por todos os continentes, além de uma contínua transformação e ressignificação histórica de uma visão de mundo mais ampla amparada no princípio da produção e do consumo em massa. Importante reiterar o papel dos Estados Unidos como potência hegemônica nessa etapa do processo histórico, uma vez que o surgimento de uma guerra fria entre União Soviética e EUA reascenderá a possibilidade de ruptura com a hegemonia liberal e a alteração das relações de força no contexto internacional e regional. Como reação à escalada de poder dos Estados comunistas na Europa Oriental, os EUA buscaram reconstruir a Europa Ocidental, aproveitando o vácuo institucional legado pela guerra.

Esse processo ensejará uma transformação das bases materiais da Europa, garantido por consenso e admitido sem relutância pelos subalternos do continente

européu, torpor em grande parte devido aos altos salários possibilitados por esse modo de produção. Conteúdo do Americanismo, o Fordismo significou a reorganização do modo de produção capitalista, caracterizando uma revolução passiva aos moldes da cultura e economia estadunidenses (MORTON, 2007, p. 103). O impacto da hegemonia dos EUA representou, também, um processo de desenvolvimento capitalista desigual e combinado com suas múltiplas temporalidades, uma vez que ocasionou a exportação de um modelo internacional de capitalismo que se adaptou às necessidades econômicas regionais dos diversos países europeus e, no caso da República Federal da Alemanha, consubstanciou-se no chamado “capitalismo renano, ou ordoliberalismo”<sup>11</sup>.

Evidentemente, a recuperação europeia, feita através do Plano Marshall e da União Europeia de Pagamentos (1950) assinalou o vínculo da restauração e reorganização desses países com o capital norte-americano (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 166). Também o “Plano Schuman” (1950) motivou uma maior integração europeia a partir da aliança entre interesses industriais da Alemanha e França (COSTA FILHO, 2011, p. 61). Finalmente, é em 1951 que a revolução passiva efetuada na Europa encontra sua expressão regional na homologação do Tratado de Paris, e na consequente Comunidade Econômica do Carvão e do Aço, que viabilizaria a modernização conservadora do espaço industrial europeu, afastando do processo decisório os grupos subalternos, como bem exemplifica a desarmonia da opinião popular (PATERSON, 2011, p. 62).

Reitera-se, para fins de esclarecimento, que uma hegemonia em plano internacional incide de forma multidimensional no resto do mundo, podendo condicionar embates aos níveis nacional e regional (PASSOS, 2019, p. 60). Nesse sentido, alguns autores (MARKOVITS; REICH; WESTERMANN, 1996) concluíram que a União Europeia representaria o esforço da Alemanha em construir um bloco regional hegemônico, uma vez que, para os mesmos autores, o Estado alemão esteve na dianteira do processo de institucionalização do bloco, admitindo novos membros e mantendo alianças de forma consensual, mas também através da coerção econômica (MARKOVITS; REICH; WESTERMANN, 1996, p. 700). Todavia,

---

<sup>11</sup> Para saber mais, ver também Becker, Jäger e Weissenbacher (2015); Cafruny (2015); Schild (2019); Bulmer (2014).

como será demonstrado no presente trabalho, o país não foi capaz de exercer hegemonia plena.

Em 1973 o Fordismo sofrerá um abalo e uma nova tradução<sup>12</sup>- causado pela já constante recessão econômica mundial e agravada pelos choques do petróleo – evento que produzirá uma total reestruturação econômica e ajustamento social e político no Fordismo. O que Harvey (1990, p. 147) denomina como “Acumulação Flexível” representa nada mais uma tradução do Fordismo, pautada na flexibilização dos direitos trabalhistas, mercado de trabalho, dos produtos e também dos padrões de consumo, viabilizados pela intensificação dos processos de inovação tecnológica, comercial e organizacional.

O Fordismo continuava sendo a base da hegemonia, mas agora sob o baluarte de uma nova roupagem. Nesse cenário a Europa, agora entendida como entidade supranacional na representação da Comunidade Econômica Europeia (que à época acabava de admitir a entrada da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido), evidentemente passou por uma total reestruturação e reorganização do mercado interno dos países europeus, assimilando o modo de produção flexível e conservando os elementos políticos e sociais, caracterizando, novamente, uma revolução passiva. A principal consequência advinda da reação à crise do Fordismo seria o abandono do Estado de bem-estar social, que no caso da RFA, seria gradualmente extinguido, a começar em 1976, até 2003 com a adoção da “Agenda 2010” pelo governo Schröder, acentuando o caráter conservador-modernizador da revolução passiva em curso (BELINA, 2013, p. 276).

Não serve à finalidade da presente introdução se demorar na descrição dessa tradução que foi o regime de acumulação flexível, mas sim em focalizar suas consequências estruturais na formação social e econômica do Estado alemão desde a Queda do Muro de Berlim (1989) até a contemporaneidade. Concretizada a Reunificação *de jure* através do “Tratado de Unificação” de 1990, restava a unificação *de facto* através de uma série de medidas que objetivaram reorganizar o espaço econômico, político e social da Alemanha.

---

<sup>12</sup> Dado que o princípio da produção e do consumo em massa permanece inalterado.

Dois eventos chamam à atenção para o processo de reorganização: a transferência da capital de Bonn para Berlim; e os ajustes impostos à antiga República Democrática Alemã (RDA) para adotar uma economia de mercado. Ambos os eventos se inserem na lógica da reestruturação do espaço alemão, tencionando conservar elementos políticos e econômicos ensejados pela elite econômica alemã da RFA (CÂMARA, 2013, p. 80). Ávila (2009, p. 106) assinala que, entretanto, a opinião pública alemã não apoiou homogeneamente o projeto de transferência das capitais, e que poderosas forças eram contrárias à iniciativa – especificamente, autoridades dos estados da Renânia do Norte-Vestfália e da Baviera.

Inicialmente, parcela significativa da população da República Democrática da Alemanha demonstrou anuência com a reunificação (ÁVILA, 2009, p. 102): o proposto “Programa de Dez Pontos”, apresentado ao parlamento da RFA em 1989 pelo chanceler Helmut Kohl, propunha um processo de reunificação pautado na inclusão dos leste-alemães, e reformas econômicas estruturais que visavam a substituição imediata do modelo socialista da RDA pelo capitalista-fordista. O triunfo desse processo demonstrava a possibilidade de construção de uma hegemonia, uma vez que as relações de força não conflitavam, mas confluíam para um objetivo em comum, com ampla participação de setores populares:

Naturalmente, o Programa de Dez Pontos de Kohl provocou importantes reações na RDA. Inclusive desde antes do anúncio do plano, parcela significativa da população adotou a ideia da reunificação, como alternativa para conseguir resolver definitivamente a divisão do país – e conseguir uma rápida incorporação ao primeiro mundo. Nas faixas dos protestos – que anteriormente afirmavam “nós somos o povo” – passou a predominar o lema ‘nós somos um povo’. (MONIZ BANDEIRA apud ÁVILA, 2009, p. 102).

Todavia, malogrou tal possibilidade, e na ocasião das eleições de 1990, os partidos do Oeste – unidos na figura do “Aliança pela Alemanha” – conquistaram maioria, dando início a um rápido processo de reunificação, solapando a participação popular e inclusiva que havia sido prometida por Kohl (ÁVILA, 2009, p. 103). Com as reformas econômicas realizadas entre os anos 1990-1993 para reestruturar o novo país, a inserção dos alemães do Leste na lógica do livre-mercado ocidental não agradou às massas, promovendo descontentamento e desalento, atestado pelas palavras de Ávila (2009, p. 107): “[...] de forma reiterada os observadores estrangeiros constataram que, vários anos após a queda do muro, o relacionamento

entre os habitantes dos antigos setores leste e oeste da cidade de Berlim continua sendo pouco fluido.”.

Também a transferência de capitais representou dissonância com a opinião geral, tanto das massas quanto das elites (CÂMARA, 2013, p. 78-80). Para o ex-governo da RDA e sua população, a mudança para Berlim representaria um esforço para reconhecer a importância histórica da cidade – antiga capital prussiana -, e também uma indicação de que não se tratava de uma “anexação”, e sim de um processo com esforços de ambos os lados na construção de um único país. Todavia, a elite alemã da RFA defendia em uníssono a manutenção de Bonn, pois Berlim representava o centralismo e militarismo prussiano – ideias reprováveis diante do federalismo liberal perpetuado pela “esquerda póstuma adenaueriana” (CÂMARA, 2013, p. 80).

Como é possível observar mediante os eventos da reunificação, a Alemanha – até então representada pela RFA – não ensejou constituir uma hegemonia em seu plano doméstico, tendo a elite burguesa do *Bundestag* e da burocracia estatal repellido qualquer tratativa entre os alemães orientais e ocidentais de construir um projeto político popular e que acolhesse as demandas de todos os atores envolvidos. Ressalta-se daí, que a revolução passiva alemã ainda se encontrava, à época, carregada de seus elementos prussianos, como bem demonstrou-nos a oposição dos Estados mais conservadores e restauradores à transferência da capital alemã. A tradução do Fordismo, com sua nova dinâmica de acumulação flexível, também pressionou o jogo de relações de força, uma vez que exigia a incorporação de mão-de-obra barata e qualificada no reerguimento de uma nova e competitiva nação. Nesse contexto, uma hegemonia em sentido gramsciano seria inviável, salienta Belina:

Esse tipo de reestruturação orientada pelo Estado do regime de acumulação no interesse do capital nacional é precisamente o que Gramsci denominou como revolução passiva. Tal revolução ocorre quando as classes dominantes não são capazes de organizar uma hegemonia cultural que legitime a reestruturação entendida como necessária<sup>13</sup> (BELINA, 2013, p. 278, tradução nossa).

---

<sup>13</sup>Do original: “This kind of state-led restructuring of the regime of accumulation in the interest of national capital is precisely what Gramsci called a passive revolution. Such a revolution occurs when the

Esse processo de modernização conservadora amadurecerá com as reformas econômicas promovidas através da “Agenda 2010”, de 2003. De acordo com Bruff (2010, p. 415), essas reformas estão relacionadas a uma crise econômico-social que se intensificou na no começo do século XXI, devido ao alto desemprego e ao crescimento desacelerado da década de 80 na Alemanha. Essa situação local precedeu do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo global, na figura do Fordismo americanista, uma vez que o neoliberalismo fazia com que a mão-de-obra qualificada alemã fosse substituída pela mão-de-obra desqualificada, porém mais econômica, dos trabalhadores asiáticos e leste-europeus (BRUFF, 2010, p. 414). Portanto, a exportação de capital para países mais “atrativos”, na lógica da acumulação flexível fordista, fazia com que a Alemanha sofresse alterações em suas relações sociais fundamentais, através de uma tradução do Fordismo que imbricava em alterações desiguais nas forças produtivas do país, levando à necessidade de responder à essa situação através de uma reorganização do mercado de trabalho alemão, para que o mesmo fosse mais competitivo em face aos desafios gerados pela globalização<sup>14</sup>.

Na esteira desses acontecimentos, o governo de Gerhard Schröder instaura as reformas neoliberais da “Agenda 2010”, determinantes na reorganização das relações capitalistas do Estado alemão e responsáveis pelo “empobrecimento em massa” dos estratos médios e baixos da sociedade alemã (BELINA, 2013, p. 276). O programa consistiu em dois objetivos claros: fazer com que o trabalho assalariado fosse barato; e tornar os desempregados responsáveis por sua situação de desemprego (BELINA, 2013, p. 276). Isso foi possível através do desmonte do histórico Estado de bem-estar social alemão e sua substituição pelo – coloquialmente denominado – programa “*Hartz IV*”, que, através da reforma nos valores do auxílio-desemprego e nos modelos de contratação, produziu “um crescente grupo de

---

dominant classes are not able to organize a cultural hegemony legitimizing the restructuring they regard as necessary.”

<sup>14</sup>É importante lembrar, através das palavras de Passos (2019, p. 187), que “[...] o fordismo foi ressignificado em termos dos vários aspectos dos distintos Estados que envolvem uma totalidade histórica e suas transformações nos seus nexos inquebráveis com as relações internacionais. A referência do fordismo foi acompanhada de inúmeros aspectos hegemônicos de ordem cultural, ideológica, econômica, linguística, dentre outras, organicamente conectadas entre si. [...] todos estes aspectos estão imbricados organicamente, inclusive os aspectos nacionais e internacionais.”

trabalhadores pobres – especialmente mulheres – organizados pelo Estado<sup>15</sup>” (BELINA, 2013, p. 276, tradução nossa).

Essa iniciativa não teria sido possível sem que os sindicatos, organizados juntamente com as empresas e o Estado através da “*Bündnis für Arbeit*” (Aliança para o Trabalho), fossem excluídos das deliberações políticas, caracterizando um processo liderado pelo Estado (à época, representado pela coalizão “Verdes-SPD”) e que favorecia o capital em detrimento do trabalho, dirimindo o consenso e apostando na reorganização da estrutura sem promover qualquer mudança radical (BRUFF, 2010, p. 416-417).

Evidentemente, tratou-se, em termos de hipótese, de um embate hegemônico entre trabalhadores e Estado, no qual os primeiros buscaram reagir às reformas através de protestos, um deles de grande repercussão nacional – as “Demonstrações de Segunda” ocorridas no verão de 2004<sup>16</sup>. A “Agenda 2010” é relevante na consecução da hipótese aqui apresentada, uma vez que determinou uma tradução das relações de trabalho do Fordismo para o mercado de trabalho alemão sem que os trabalhadores participassem ativamente do processo, posteriormente determinando a derrota dos grupos que se opunham à reforma, afastando ainda mais a possibilidade da Alemanha de construir uma hegemonia plena, tanto em termos nacionais, quanto regionais (BUCI-GLUCKSMANN apud BELINA, 2013, p. 278).

Para que não restem dúvidas, faz-se imprescindível esclarecer que “toda ação política aspira à hegemonia, ainda que a consecução da mesma não tenha ocorrido” (PASSOS, 2019, p. 131). Portanto, uma reação pontual das massas pode e deve significar uma luta pela hegemonia diante da hipótese defendida pelo presente trabalho. Diferentemente de uma revolução passiva, que implica na aceitação quase que mecânica de uma transformação feita “pelo alto”, a luta da Sociedade Civil pela hegemonia se desdobra em todas as esferas possíveis das relações sociais fundamentais e do que Gramsci (2019, p. 170) denominou “aparatos privados de construção” de uma hegemonia.

---

<sup>15</sup> Do original: “A growing group of labouring poor – especially women – organized by the state.”.

<sup>16</sup> Para mais, ver também Bruff (2010, p. 420);

Na esteira dessa conclusão, não restam contradições ao se afirmar que as manifestações alemãs contrárias à implementação da “Agenda 2010” constituíram um embate hegemônico por excelência contra um Estado aliado à burguesia industrialista. Não obstante, a derrota da oposição reafirmou o compromisso das forças reformistas de levar adiante o projeto de modernização conservadora do Estado alemão. O processo de revolução passiva se acentuaria na Era Merkel (BRUFF, 2010, p. 423), tanto no plano nacional quanto regional. A próxima sessão abordará essa hipótese.

## **2.5 A crise de 2009 e o mal-estar europeu**

Em tempos de crises estruturais relacionadas às contradições de um determinado modo de produção, estratégias alternativas são consideradas, e as classes e/ou frações de classes lutarão pela prevalência de suas estratégias e ideologias políticas com o objetivo tácito de alcançar a hegemonia plena (GRAMSCI, 1971; JESSOP, 2002; MORTON, 2007a *apud* MACARTNEY, 2008, p. 432). As consequências da globalização marcaram profundamente as divisões de interesses no seio da sociedade alemã, com a primazia do neoliberalismo acarretando a vitória da candidata Angela Merkel, em 22 de novembro de 2005. A “Grande Coalizão” entre o “Partido Social Democrata” (SPD) e a “União Democrata Cristã” (CDU) garantiu que, no plano interno, pelo menos por enquanto, o reformismo econômico pudesse manter as massas cooptadas, sem gerar atritos similares aos gerados pela “Agenda 2010”.

A principal frente de atuação do Primeiro Governo Merkel se daria na política externa – especificamente, no fortalecimento do arcabouço institucional europeu (PATERSON, 2011, p. 63). Schröder havia malogrado aprofundar o processo de integração regional na União Europeia, principalmente porque o Tratado de Constituição havia sido rejeitado pela França e Holanda. Simultaneamente, o ex-chanceler havia causado uma impressão positiva em seus parceiros europeus ao atuar com prontidão na Guerra do Kosovo, rechaçando os ataques expansionistas

da Sérvia e instando os países europeus a intervirem, através do “Plano Fischer”<sup>17</sup> – um demonstrativo de força e consenso no tabuleiro regional. Nesse sentido, a Alemanha ensejava a construção de uma hegemonia no espaço europeu, mas ainda falhando em pontos cruciais de consenso.

Em sintonia com a hipótese apresentada pelo presente trabalho - de que a Alemanha não foi capaz de exercer hegemonia plena no espaço regional da União Europeia -, faz-se imprescindível a apresentação da Crise da Zona do Euro de 2009, suas origens, e seus desdobramentos. Os efeitos da Agenda 2010 serão explicitados com o advento dessa crise, donde Belina (2013, p. 281) infere que a Alemanha, domesticamente, pouco se preocupou com as consequências da crise, uma vez que a flexibilização da força de trabalho permitiu um impacto reduzido da mesma.

Como já foi dito no presente trabalho, uma crise é orgânica na medida em que enseja um processo histórico determinado por um fordismo hegemônico heterogêneo e desigual, que, submerso por contradições, produzirá inúmeras crises – cada uma delas carregando as possibilidades de sua superação. Não havendo esforços para essa superação, inserir-se-á, portanto, na categoria de “crise conjuntural” tal evento, reforçando a prevalência da hegemonia internacional com conteúdo fordista e suas implicações lógicas nas relações sociais fundamentais dos países afetados. Esclarece Morton (2007, p. 197, tradução nossa) que essa distinção “[...] é importante, pois movimentos conjunturais resultam de circunstâncias imediatas, e desenvolvimentos orgânicos, de dinâmicas longevas.”<sup>18</sup>. O Fordismo, e a hegemonia americanista, foram abalados evidentemente pela crise econômica de 2008, mas não superados em sua organicidade.

A situação que nos interessa é a de como a tradução do Fordismo foi levada adiante pela elite alemã - em um esforço de inserir o país no contexto do regime fordista pós-guerra -, e como essa tradução – que aqui chamaremos de ordoliberalismo, ou capitalismo renano (BULMER, 2014; BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015; CAFRUNY, 2015; SCHILD, 2019) – viabilizou a definição das diretrizes econômicas da União Monetária Europeia, e posteriormente, da própria

---

<sup>17</sup> Para mais detalhes sobre essa investida, ver também Câmara (2013, pp. 162-163).

<sup>18</sup> Do original: “[...] is important because conjunctural movements stem from immediate circumstances, organic developments from enduring predicaments.”.

União Europeia. Alinhadas à crise orgânica de um modo de produção hegemônico e passivizador, essas diretrizes e políticas serão responsáveis, grosso modo, pelo aprofundamento desigual da crise da Zona do Euro e suas consequências, estando em total consonância com as ideias e princípios do Fordismo - evidenciado pela participação do FMI e do Banco Mundial na gestão da crise.

O ordoliberalismo foi uma criação da Escola de Friburgo, e também uma resposta ao mundo imediatamente pós-guerra, centrado na ativa intervenção estatal que atuaria na capacitação de um livre-mercado capaz de atender as demandas da mais nova potência hegemônica ocidental – os EUA. Soma-se a isso a tradição bismarckiana do estado de bem-estar social, e temos o modelo “renano” de capitalismo: liberal, e com uma “economia social de mercado” (BULMER, 2014, p. 1246). Um dos princípios mais defendidos dessa vertente – aqui, como foi dito acima, entendemos o ordoliberalismo como uma tradução do fordismo (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015, p. 85) – era o chamado “*Ordnungspolitik*” (política da estabilidade, em tradução livre), que reiterava a necessidade de uma política fiscal conservadora e centrada na manutenção de dívidas baixas. O “*Bundesbank*” – Banco Central Alemão – foi indispensável na persecução desse modelo alemão de capitalismo (BULMER, 2014, p. 1246).

Também a visão europeizada que as elites alemãs possuíam (PATERSON, 2011, p. 58) com relação ao futuro da Alemanha no continente europeu auxiliou na busca de um papel de preponderância e assertividade do país na construção do que viria a ser uma União Monetária Europeia centrada em objetivos irrevogáveis: estabilidade monetária e econômica. Essa condição foi atendida mediante a criação do Sistema Monetário Europeu<sup>19</sup>, em 1979, após uma década de intensas discussões (BULMER, 2014, p. 1246).

O principal dispositivo do SME foi a implementação do Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio<sup>20</sup> (MTC), que permitia um controle rigoroso das taxas de câmbio, impedindo que flutuações abruptas forçassem os países a uma elevação desmedida de suas taxas de juros para fazer frente às moedas de seus vizinhos. Nesse mecanismo, o marco alemão seria a “âncora” cambial do sistema, e o

---

<sup>19</sup> European Monetary System, da sigla EMS.

<sup>20</sup> European Rates Mechanism, da sigla ERM.

*Bundesbank* atuaria como definidor das políticas monetárias da UME (CAFRUNY, 2015, p. 62-63). Esse foi o momento decisivo da atuação alemã na integração supranacional europeia, assinalando o compromisso das elites com a construção de uma união monetária que respeitasse os princípios de estabilidade, buscando, através da força e do consenso, adequar (através do consenso político e coerção econômica) os países-membros ao modelo ordoliberal de modernização conservadora e passivizadora.

Esse movimento – que, em acordo com o que já foi discutido no presente trabalho, busca, logicamente, construir uma hegemonia – exigiu que os países da “periferia” europeia adequassem suas políticas econômicas às da Alemanha, mediante movimentos desiguais e combinados que resultarão, como será dito adiante, na crise de 2009. A título de esclarecimento, a Espanha e Itália, por exemplo, foram compelidas a aumentar suas taxas de juros para atrair investimentos externos – uma vez que o capital fluía para a Alemanha, onde o marco alemão era mais atrativo. Logo, suas dívidas internas foram crescendo, em oposição à dominância de uma política monetária e fiscal ordoliberal que repudiava qualquer aumento significativo de dívida pública ou déficits fiscais. A consequência imediata para os países mediterrâneos foi a austeridade fiscal da década de 80, reforçando o desenvolvimento desigual da integração regional europeia (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015, p. 85).

Antecipando brevemente a discussão final do presente trabalho, por motivos de esclarecimento, faz-se necessário lembrar que não é possível – pelo menos não ao se utilizar as categorias gramscianas – visualizar a possibilidade de se construir uma hegemonia em sentido pleno unicamente através da força. O consenso é necessário, lembrada a metáfora do centauro maquiaveliano. O pró-europeísmo<sup>21</sup> alemão não ensejou uma verdadeira concepção de mundo, como foi o caso do

---

<sup>21</sup> Bulmer (2015, p. 1248) explica esse termo: “A Alemanha tem sido o estado-membro mais consistentemente pró-integracionista desde a década de 1950. No início, a integração fora uma tentativa de trazer soluções para problemas dos quais o epicentro era a Alemanha em si” (“Germany has been the most consistently pro-integrationist member state since the 1950s. At the outset integration was an attempt to bring solutions to problems at whose epicentre lay Germany itself”), que é complementada por Paterson (2011, p. 59): “Nos anos imediatamente após a queda do muro de Berlim, o Europeísmo alemão atingiu um apogeu em termos de uma Europa mais alemã, algo que fora o objetivo tradicional da política externa do país para a Europa” (“In the immediate post-Wall years, German Europeanism reached an apogee in terms both of a more European Germany, the traditional aim of German European policy”).

Americanismo, e ao qual remetemos à explicação de Passos (2019, p. 185): “A produção em massa almejada só faria sentido socialmente com todo um conjunto de condições sociais que possibilitassem o consumo em massa”. Também o ordoliberalismo, parte do conteúdo da hegemonia alemã, não foi capaz de atender às demandas e necessidades dos países mediterrâneos que ingressaram na União Monetária. Portanto, a tentativa alemã de exercer hegemonia através da integração regional europeia não foi transformadora o suficiente – como será explorado mais à frente – para articular o ordoliberalismo como conteúdo de sua hegemonia, diversamente do americanismo com o fordismo.

A hegemonia incompleta da Alemanha na condução do bloco supranacional europeu se aprofundará mediante o estabelecimento da União Europeia, através do Tratado de Maastricht de 1992, produzindo novas consequências, que ulteriormente intensificarão os graus de desenvolvimento desigual e combinado entre centro e periferia europeus (CAFRUNY, 2015, p. 63).

A fragilidade da influência alemã no espaço europeu pode ser atestada pelas medidas econômica adotadas durante a reunificação, que à época acabaram por forçar outros países a uma situação constrangedora. Recém reunificada, a Alemanha se viu confrontada com uma alta inflação no seu território, escolhendo a disciplina fiscal e – para desagrado dos outros países europeus – uma alta taxa de juros como instrumentos para a solução dessa crise (CAFRUNY, 2015, p. 63). Como o marco alemão era a âncora cambial do sistema, os países signatários do MTC foram forçados à elevação de suas taxas de juros, para que pudessem competir com a atrativa moeda alemã. Essa situação se provou insustentável, e, na produção de eventos desiguais e combinados que levaram à estagnação econômica dos principais países da União Monetária, o Reino Unido e a Itália precisaram se retirar do MTC (CAFRUNY, 2015, p. 63).

Visualiza-se, portanto, como foi imprudente o uso da força, através da coerção econômica, sem o consenso como ferramenta de conjunção dos dissídios e exigências, resultando em maior dissenso entre os países-membros, e intensificando a lacuna entre a União Europeia que a Alemanha desejava construir, e as concessões que os países faziam ao europeísmo ordoliberal. Uma nova fonte de descontentamento entre os países-membros emergiu da fundação da União Europeia. A Alemanha, visando submeter suas exigências ordoliberais a um nível

européu, e simultaneamente se recuperar economicamente da reunificação, exigiu que a condição imprescindível – na ocasião do Tratado de Maastricht - para a criação de uma união monetária e para o alargamento do bloco fosse a criação de um Banco Central Europeu moldado a partir do *Bundesbank*, e uma política econômica austera e ortodoxa para o equilíbrio da nova moeda, o euro (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015, p. 86; BULMER, 2015, p. 1247). A exemplo dessa ocasião, remontamos a Câmara, fazendo-se necessária uma longa exposição para fins de compreensão:

O contrato fundador do euro foi relativamente simples. A Alemanha aceitou compartilhar uma moeda comum com seus sócios europeus mediante duas condições. A primeira delas, quanto à política monetária, é que o euro fosse administrado consoante o mesmo modelo de gestão até então aplicado ao marco alemão pelo *Bundesbank* (banco central da RFA). Como consequência, o Banco Central Europeu (BCE), herdeiro das práticas operacionais do *Bundesbank*, foi dotado de altíssimo grau de independência, com imunidade formal à ingerência dos Estados-membros e do Parlamento europeu, e incumbido de priorizar, em detrimento de quaisquer outras considerações, o combate à inflação. A segunda condição, atinente à política fiscal, é que cada Estado seria responsável por suas despesas públicas e as deveria manter sob o princípio de disciplina orçamentária. Um dos corolários deste princípio foi a cláusula de “nenhum socorro financeiro” (*no bailout*) no Tratado de Maastricht, introduzida por solicitação expressa da Alemanha. (CÂMARA, 2013, p. 267-268).

Na ocasião da adoção formal do Euro, em 1999 (a moeda só entraria em circulação a partir de 2002), verificou-se uma situação contraditória na política fiscal europeia: contracionista na Europa Central, e expansionista nos países mediterrâneos (CÂMARA, 2013, p. 269). Isso ocorreu devido ao fácil acesso ao crédito que esses países (Portugal, Itália, Grécia, Irlanda e Espanha) possuíam. Países como Alemanha e França tinham uma liquidez excedente grande, que viabilizava empréstimos aos países do Sul, com taxas de juros baixíssimas em razão da implementação do Euro (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015, p. 86). Esse processo levou à expansão do setor imobiliário na Espanha, e à expansão do consumo na Grécia, a título de exemplificação, ambos financiados com os fáceis empréstimos obtidos, levando a um alto endividamento e, posteriormente, a uma intensa disciplina fiscal por parte da Alemanha.

Assinalando um vínculo de dependência com os países da Europa Central, os empréstimos também criaram uma distância entre centro e periferia, situação que será a principal inconveniência na ocasião da Crise do Euro, evidenciando a

desarmonia histórica entre países centrais – especialmente, Alemanha – e periferia (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015, p. 86). Na esteira desses desenvolvimentos desiguais e combinados, faz-se possível visualizar as nascentes contradições entre uma modernização conservadora e coercitiva levada adiante pela Alemanha através das instituições econômicas europeias, e a falta de consenso e inclusão de outros atores europeus, que não tiveram voz na ocasião de suas admissões, estando cooptados pelo projeto europeísta e ordoliberal que a Alemanha arquitetava para a União Europeia.

Durante a Era Merkel, apesar de notáveis conquistas como a ratificação do Tratado de Lisboa em 2009 (sua criação data de 2007), a visão europeísta e pró-integração inerente às elites alemãs havia arrefecido, predominando o ordoliberalismo como conteúdo da hegemonia alemã (BULMER, 2015, p. 1255). A crise de 2009 expôs os pontos nevrálgicos da União Europeia, instando as distintas relações de força a agirem em defesa das soluções apropriadas aos seus países, e evidenciando a hegemonia incompleta da Alemanha na região, tratando-se de revolução passiva com a única finalidade de salvaguardar o capital transatlântico (BIELING, 2015, p. 109). Vejamos quais eventos prenunciaram essa situação.

As origens da crise de 2009 remontam ao alto endividamento dos países mediterrâneos, em função de uma financeirização descontrolada nos países centrais, que levou à empréstimos elevados para financiamento de setores e de outras obrigações financeiras (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2014, p. 87). O centro da questão não era o endividamento em si, mas o leque restrito de possibilidades que esses países possuíam para financiar seus déficits e, simultaneamente, seu pequeno crescimento: como a regra era a restrição orçamentária e as medidas contracionistas, havia pouca manobra para que os países periféricos crescessem realmente, restando o financiamento de medidas através de empréstimos e, naturalmente, maior endividamento. Era uma contradição invisível, tolerada pelos países centrais e seus bancos privados – que possuíam, inclusive, títulos das dívidas com alta rentabilidade em suas mãos (CÂMARA, 2013, p. 273).

Esse endividamento era tolerado porque o capital de risco se beneficiava dos lucros que advinham de dívidas soberanas. O movimento de financeirização levado adiante pelos países centrais – e, especialmente, a Alemanha através do *Bundesbank* – foi, como já argumentamos nesta sessão, uma tradução do Fordismo financista que

havia dominado a economia mundial após 1973. A globalização incitou o mundo a adotar uma financeirização com aspectos transatlânticos (BIELING, 2014, p. 99), e a tradução europeia desse aspecto fordista, o ordoliberalismo, ensejou a adoção dessa financeirização através de um mercado de capital de risco similar à NASDAQ estadunidense. No período 1999-2000, a União Europeia já contava com planos e estratégias para facilitar a liberalização das finanças e a expansão do mercado de capitais de risco, através do Plano de Ações para Serviços Financeiros<sup>22</sup> de 1999, e a Estratégia de Lisboa<sup>23</sup>, de 2000 (BIELING, 2014, p. 100). A adoção dessas medidas sem um cálculo de seu impacto nos países periféricos levou a desenvolvimentos desiguais e combinados que enfraqueceram a autonomia econômica que esses países possuíam, uma vez que muitos deles sofriam com alta inflação oriunda do *boom* de setores específicos, resultado dos empréstimos baratos e descontrolados, desejáveis por parte do capital de risco que lucrava com altos retornos das dívidas desses países<sup>24</sup>. Devidamente, uma “assimetria”, esclarece Hall:

A assimetria básica foi construída dentro da UME desde sua origem. As economias políticas norte-europeias adentraram o UME com estruturas institucionais bem preparadas para as estratégias de crescimento por exportações que oferecem a melhor rota para o sucesso econômico nesse tipo de união. As economias sul-europeias adentraram à UME com estruturas institucionais mal equipadas para uma competição efetiva dentro desse tipo de união, além de terem perdido a capacidade de desvalorizarem suas moedas, algo em que muitas delas haviam por muito tempo dependido.<sup>25</sup> (HALL, 2012, p. 359, tradução nossa).

A desigualdade desses desenvolvimentos é contrastada pelas estratégias adotadas pelos países centrais: uma “deflação competitiva” (HALL, 2012, p. 359, tradução nossa), marcada por uma posição fiscal rígida, baixos aumentos salariais,

---

<sup>22</sup> Do original: Financial Services Action Plan.

<sup>23</sup> Do original: Lisbon Strategy.

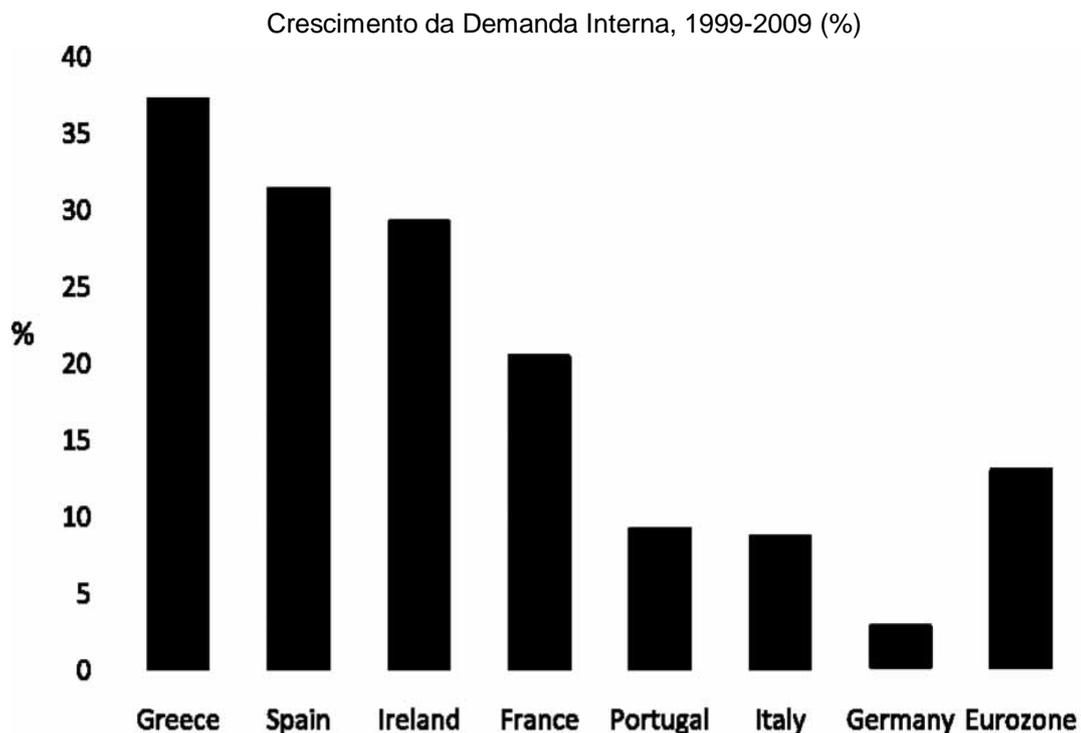
<sup>24</sup> De acordo com o Banco de Compensações Internacionais (BIS), a exposição dos bancos europeus a títulos do tesouro grego, em junho de 2011, era de US\$ 120 bilhões. Já sua exposição aos títulos espanhóis e italianos chegava à magnitude, respectivamente, de US\$ 637 bilhões e US\$ 837 bilhões” (CÂMARA, 2013, p. 273).

<sup>25</sup> Do original: “Basic asymmetry was built into EMU from its inception. The northern European political economies entered MEU with institutional frameworks well suited to the export-led growth strategies that offer the best route to economic success in such a union. The southern European economies entered EMU with institutional frameworks badly suited to effective competition within such a union and they lost the capacity to devalue on which many had long depended.”

substituição do trabalho pelo capital, e uma orientação de crescimento através de exportações, em oposição à estratégia mediterrânea de fomentar a demanda interna através do consumo. O ordoliberalismo como orientador de estratégias econômicas dos países ricos assegurou estabilidade e crescimento, mas relegou aos países periféricos a dependência do capital de risco dos bancos europeus (HALL, 2012, p. 360), assinalando a contradição de interesses, e a cooptação da periferia pelo centro na União Europeia, situação análoga ao que deveria ser uma hegemonia regional em sentido gramsciano.

Portanto, o fácil acesso ao crédito oriundo da liquidez excedente dos países centrais e do Norte viabilizou um cenário de endividamento em excesso aos países mediterrâneos, que financiavam seu crescimento interno - pautado na criação de demanda para o consumo -, através do capital nortista. Esse risco à época não era calculado, mas a mera possibilidade de uma crise de insolvência poderia acionar o gatilho para uma crise regional delicada e desenfreada, comprometendo todos os atores envolvidos. Foi precisamente isso que aconteceu durante a crise econômica de 2008 (HALL, 2012, p. 360).

Tabela 1 -



Fonte: S. Tilford, "How to Save the Euro", Centre for European Reform Essays (September 2010) *apud* HALL, Peter, "The Economics and Politics of the Euro Crisis", German Politics, 16 de Nov. de 2012.

No dia 16 de outubro de 2009, o Primeiro-Ministro da Grécia, Georges Papandreou, dias depois de sua vitória nacional, desmentiu informações transmitidas à Bruxelas sobre o déficit fiscal e a dívida pública gregas feitas pelo seu antecessor no cargo. Esse movimento teve a intenção de isentar Papandreou do cumprimento de promessas relativas à política econômica feitas durante sua campanha. À época, a Europa ainda estava protegida da crise mais ampla de 2008, e sentia que não seria atingida pelos ventos transatlânticos do *default* (CÂMARA, 2013, p. 273). Todavia, esse anúncio do Primeiro-Ministro grego antecipou o cataclismo europeu das dívidas, uma vez que minou a confiança dos principais agentes econômicos detentores de títulos gregos, fomentando dúvidas sobre a solvência grega. Para Câmara:

O caso grego foi o mais notório pela combinação de várias debilidades: alto nível de endividamento público (130% do PIB/2009) e déficit orçamentário (10%/2009), prática generalizada de fraudes fiscais, vícios no sistema previdenciário e de aposentadoria e limitada internacionalização do setor privado (CÂMARA, 2013, p. 274).

No caso da Itália, o endividamento do setor público era da ordem de 180% do PIB do país. Cumpre dizer, no entanto, que a saúde das contas públicas não era, por si só, garantia de proteção contra a generalização da crise que começava a se desdobrar na Europa. Espanha e Irlanda, à época, possuíam endividamento público (60 e 25%, respectivamente, em 2007) menores que o da Alemanha (80%). O principal gatilho que levou esses países à crise foi a exposição de seus setores bancários à expansão dos créditos privados e aos empréstimos de bancos privados dos países centrais e nortistas, facilitando ataques especulativos capazes de desestabilizar a gestão das dívidas: “no auge da crise, cerca de 40% do orçamento nacional irlandês chegou a estar comprometido com o *bailout* (injeção de liquidez) ao sistema bancário nacional” (CÂMARA, 2013, p. 274). Situação similar era a de Portugal.

O consenso alcançado pelos principais credores foi de um empréstimo de 45 bilhões de euros à Atenas, em 2010, subscrito pelo Fundo Monetário Internacional e pelos países intrazona (a Alemanha contribuiu com 22,4 bilhões). Merkel, legando a tradição ordoliberal e em concordância com as exigências do capital transatlântico, insistiu na percepção de que tal ajuda financeira consistia em “laxismo financeiro” (CÂMARA, 2013, p. 275), e conseqüentemente impondo condições punitivas para o empréstimo – como uma taxa de juros abusiva. A título de ilustração, as taxas de juros para empréstimos cobradas pelo mercado eram da ordem de 5,5%, enquanto que

aquelas cobradas pelos empréstimos eram de 5%. O efeito perverso disso era que “fluía através do acordo mais dinheiro de Atenas para Berlim do que o contrário” (CÂMARA, 2013, p. 275).

A situação fiscal grega se aprofundou com rapidez, e durante a cúpula do Euro em 9 de maio de 2011, o Conselho Europeu concordou em estabelecer o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira<sup>26</sup> (FEEF), que garantia, em conjunto com o FMI, um aporte seguro de 750 bilhões de euros que seriam gradativamente transferidos até o período de julho de 2013. A contribuição alemã ao FEEF – 27.13%, especificamente – causou um mal-estar na opinião pública e política alemãs, levando Angela Merkel ao constrangimento interno, uma vez que o consenso era de que não havia benefícios na ajuda aos parceiros gregos, muitas vezes identificados pela opinião popular como os “gregos preguiçosos<sup>27</sup>” (PATERSON, 2011, p. 69-70, tradução nossa). Esse mecanismo temporário foi destinado a substituir os empréstimos bilaterais, possibilitando taxas de juros menos agressivas, e no âmbito do BCE, buscou estabelecer um programa de compra de dívidas dos PIIGS<sup>28</sup> no mercado secundário (CÂMARA, 2013, p. 279). Essas medidas estavam vinculadas a ajustes fiscais austeros, objetivando a saúde do setor financeiro desses países e a garantia de pagamento de suas dívidas aos credores, para que um *default* generalizado não levasse os países centrais à ruína fiscal.

Inicialmente, o objetivo maior do Conselho Europeu era a substituição, até 2013, do FEEF pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade<sup>29</sup> (MEE), que atuaria como mecanismo permanente de resolução de crises relacionadas às dívidas soberanas. Todavia, diante do agravamento da situação fiscal dos PIIGS, essa substituição viria a ser antecipada. Merkel informa ao *Bundestag* que defenderá na próxima reunião do Conselho em Bruxelas – em 8 e 9 de dezembro de 2011 – um “[...] novo limite europeu de dívida” e o “objetivo de criação de uma união fiscal por meio de mudanças nos

---

<sup>26</sup> European Financial Stability Facility, da sigla EFSF.

<sup>27</sup> Do original: “to pay for lazy Greeks.”

<sup>28</sup> Alcinha utilizada para se referir aos países: Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (Portugal, Ireland, Italy, Greece, Spain, em inglês).

<sup>29</sup> European Stability Mechanism, da sigla ESM.

tratados europeus ou [...] de novos tratados dentro do Grupo do euro.” (CÂMARA, 2013, p. 281). Ao fim das reuniões, não houvera consenso para efetuar as mudanças nos tratados pretendidas pela Alemanha, sendo decidido que a melhor opção, então, seria a formação de um acordo intergovernamental fora do arcabouço jurídico e institucional da UE, e o adiamento do MEE para 2012. Portanto, o que fora aprovado com relação à crise da zona do Euro consistia em:

- a) pacto fiscal (*fiscal compact*), com, entre outros elementos, multas automáticas para déficits fiscais superiores a 3% a não ser que suspensas por maioria qualificada dos membros; e b) entrada em vigor antecipada do ESM (com fundo de € 500 bilhões) para julho de 2012 (permanece para julho de 2013 a substituição do EFSF pelo ESM); c) arrecadação de € 200 bilhões a ser creditado junto ao FMI para assistência aos mecanismos europeus de apoio à moeda única; e d) tolerância por Berlim da continuação pelo BCE, sob determinados limites, das operações de compra de títulos do tesouro dos países em necessidade. (CÂMARA, 2013, p. 280).

O MEE foi a “chave-mestra” na renegociação das dívidas dos PIIGS durante o segundo momento da Crise na Zona do Euro. Consistiu em agência supranacional permanente no seio da zona do euro, garantindo créditos mais baratos e com taxas de juros menos agressivas para os países devedores, que já não conseguiam emprestar dos bancos privados em razão dos custos abusivos impostos pelo capital financeiro (NIECHOJ, 2014, p. 158). Todavia, esses empréstimos através do MEE estavam atrelados a condições contracionistas, como a reforma das economias nacionais e a redução dos gastos públicos. O monitoramento dessas condições é – até o momento da presente pesquisa - acompanhado pelo FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, grupo frequentemente chamado de “Troika”. Posteriormente, o MEE receberia permissão para emprestar diretamente aos bancos nacionais, sem a necessidade do envolvimento dos governos nacionais (NIECHOJ, 2014, p. 159).

Reformas nas instituições e mecanismos da zona do euro também foram concretizadas, entre elas a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento<sup>30</sup> (PEC) - um mecanismo de controle das dívidas internas que surgiu com o Tratado de Maastricht, mas que acabou sendo negligenciado pelos membros da União. De acordo com essas novas diretrizes do PEC, todos os países devedores do bloco

---

<sup>30</sup> Stability and Growth Pact, da sigla SGP.

deverão seguir a meta de manter a dívida interna em 60% do PIB dentro do prazo de 20 anos. Também presente nas novas diretrizes, o “Procedimento para ao Desequilíbrio Macroeconômico” estabeleceu as condições para se operarem reformas econômicas nos mercados de trabalho, e aumento das balanças comerciais dos países devedores, visando aumentar a competitividade e o superávit, favorecendo uma reorientação dessas economias para o modelo de crescimento “*export-led*” dos países centrais (NICHOSJ, 2014, p. 159).

No que diz respeito à compra de títulos dos tesouros pelo BCE, cabem alguns comentários. A compra de títulos nos mercados secundários, providenciando liquidez emergencial, foi importante para que se reduzissem os *spreads*, aliviando a pressão sobre os rendimentos dos títulos das dívidas soberanas dos PIIGS e reabilitando a confiança dos credores nos bancos privados desses países (HALL, 2012, p. 364). O BCE também agiu preventivamente na crise criando, em setembro de 2012, o “*Outright Monetary Transaction*” (OMT, sem tradução), um procedimento que: “[...] permite uma compra ilimitada de títulos governamentais no mercado secundário se o país em questão aceitou condições de reformas definidas pelo FEEF ou o MEE.”<sup>31</sup> (NICHOSJ, 2014, p. 160, tradução nossa).

Na esteira desses acontecimentos e reformas, cumpre destacar que a Alemanha não foi favorável às medidas assistencialistas prestadas aos países endividados, principalmente aquelas associadas à compra de títulos nacionais pelo BCE, sendo, na verdade, proponente das medidas austeras e contracionistas que viriam a colocar os PIIGS em profunda recessão econômica ao término da crise (CÂMARA, 2013, p. 277). Como já foi demonstrado anteriormente na presente pesquisa, o ordoliberalismo alemão buscou construir uma união monetária adequada aos interesses do neoliberalismo financista e autoritário, e com os bancos alemães como principais detentores de títulos das dívidas em suas mãos, ficaria claro a quais interesses o país se curvava (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2014, p. 90). As medidas econômicas supracitadas incidiram de forma desigual e combinada nos diferentes países afetados pela crise, levando à mudança de relações de força no

---

<sup>31</sup> Do original: “[...] allows for an unlimited purchase of government bonds on the secondary market if the country in question has accepted reform conditions defined by the EFSF or the ESM.”

âmbito regional e, conseqüentemente, a um aprofundamento nas relações desiguais do tipo “periferia-centro”. Nas palavras de Bieling:

Bancos alemães e os aparatos estatais alemães tiveram um papel fundamental no gerenciamento da crise europeia. Apesar de a abordagem constitucionalista da crise ter sido, de um ponto de vista econômico e político, muito questionável, foi levada adiante pelas autoridades alemães em linha com o pensamento ordoliberal e com o intuito de fortalecer o modo de governança econômica europeia baseada em regras rígidas, orientada pela competição, e não-intervencionista. A estratégia alemã mais assertiva de reforma não está, todavia, confinada à mudança nas relações de forças entre as frações dominantes de capital. Isso significa, também uma clara acentuação das relações centro-periferia dentro da EU, uma vez que a prontidão alemã de fazer concessões matérias declinou ao curso da crise.<sup>32</sup> (BIELING, 2014, p. 109, tradução nossa).

A falta de consenso na busca por soluções menos austeras para o problema da dívida dos PIIGS colocou em debate o próprio conceito de Europeísmo e Constitucionalismo Europeu (BIELING, 2014, p. 108). A título de esclarecimento, citar-se-á a questão dos *eurobonds*. Como se sabe, o Banco Central Europeu foi estruturado com os mesmos princípios do *Bundesbank* alemão, prezando pela ortodoxia financeira circunscrita às formas econômicas intrínsecas ao Fordismo – e sua tradução ordoliberal. Os *Eurobonds*, por sua vez, consistiram em proposta feita pelo premiê luxemburguês, Jean Claude Juncker, de amenizar a pressão nas economias fragilizadas, ao centralizar a emissão de títulos das dívidas nacionais nas mãos do BCE (PATERSON, 2011, p. 70). A Alemanha, como idealizadora de um europeísmo ordoliberal, recusou veementemente a proposta, no entendimento de que “emissão de *eurobonds* pressupõe a existência de um federalismo orçamentário e de instância com poder sobre os erários nacionais. Esta, como se sabe, é de atribuição intransferível dos parlamentos” (CÂMARA, 2013, p. 277). A questão não se tratava de aceitar ou não uma federalização dos orçamentos (o que era visto como desejável por grande parte dos países centrais), mas de buscar soluções que beneficiassem os

---

<sup>32</sup> Do original: “German banks and German state apparatuses took a leading role in European crisis management. Although from an economic and social perspective the crisis constitutionalist approach is very questionable, it was pushed through by German authorities in line with ordoliberal thinking in order to strengthen a rules-based, competition-oriented and non-interventionist mode of European economic governance (Dullien and Guérot 2012). The more self-assertive German reform strategy is, however, not confined to changing relations of forces between leading capital fractions. It also implies a clear accentuation of core-periphery relations within the EU as German readiness to make material concessions declined in the course of the crisis.”

credores, uma vez que o entendimento de Merkel era de que “a socialização das dívidas” era indesejável naquele momento.

A recusa da implementação de *eurobonds* pela Alemanha, naquele momento específico da crise europeia, foi tida como “não europeia” pelo primeiro-ministro Juncker (PATERSON, 2011, p. 70). Tanto quanto outras, tal questão demonstra o quão despreparado o aparato institucional da União Europeia era para lidar com o crescente aprofundamento da crise nos países periféricos do bloco (HALL, 2012, p. 366), e o quanto alguns países, tal qual a Alemanha, recusaram-se a tomar medidas mais enérgicas para correr em auxílio dos PIIGS. A solução da questão acabava esbarrando mais no debate de quem seria responsável por arcar com os custos, do que na proposição de soluções concretas e duradouras. E, no caso da Alemanha, a medicina ordoliberal prescrevera um antídoto doloroso, enfraquecendo a visão pró-integracionista e europeísta que um dia fora o alicerce e ideal basilar dessa união (BULMER, 2014, 1249).

Em oposição a uma hegemonia completa, que demanda um uso incontestável de força e consenso, à Alemanha coube apenas o uso da força (SCHILD, 2019, p. 9), impondo ajustes autoritários e desagradáveis aos países devedores:

A gestão de Merkel tem sido caracterizada, entretanto, por hesitante gradualismo e uma ortodoxia fiscal aparentemente insensível à recessão nos seus parceiros mais frágeis. Ela também não tem suficientemente reconhecido o fato de ter sido a Alemanha, a despeito de sua condição de maior contribuinte bruto ao orçamento comunitário, o país que mais se beneficiou com a moeda comum. (CÂMARA, 2013, p. 285).

Atuou autoritariamente não só em seu relacionamento bilateral com os estados endividados – uma vez que os credores alemães detinham títulos de dívidas nesses países, principalmente na Grécia -, mas também em seu relacionamento com a União Europeia e seus membros, como bem exemplifica a exigência de que a aprovação do MEE estivesse vinculada à ratificação do Pacto Fiscal (SCHILD, 2019, p. 9). Entre outras medidas visando impor condições restritivas aos países devedores<sup>33</sup>, o país consagrou uma abordagem ordoliberal ortodoxa e intransigente, sem abrir mão de certas disputas relativas ao bem-comum dos países afetados pela

---

<sup>33</sup> Para ser ter uma ideia de quais medidas a Alemanha adotou precisamente, ver também Schild (2019, pp. 9-12); e Câmara (2013, pp. 275-284).

crise – como bem demonstra a ocasião dos *Eurobonds* -, inviabilizando uma solução pautada no consenso e na solidariedade entre os estado-membros (SCHILD, 2019, pp. 11-12).

Também o envolvimento do FMI, através da Troika, gerou incômodo e desafeto, uma vez que instituiu a participação de instâncias transatlânticas em um problema que se supunha ser de responsabilidade regional (SCHILD, 2019, p. 11). Relembrando o que já foi dito neste trabalho, as relações internas tendem a seguir, logicamente, as relações internacionais, em um movimento que incide desigualmente nos diferentes países afetados por uma contínua crise orgânica. Tivesse a Alemanha uma hegemonia em sentido gramsciano no âmbito da União Europeia, poderia ter coordenado respostas mais enérgicas às incidências desiguais que se desdobraram da crise de 2008. Como tradução do Fordismo, o ordoliberalismo estava fadado a seguir a prescrição médica dessa concepção de mundo e suas seguidas transformações, instituindo, forçosamente, medidas neoliberais autoritárias, soçobrando a coesão e consenso entre os países-membros, e viabilizando a permanência de um processo de revolução passiva no âmbito regional (BIELING, 2014).

O que Bieling (2014, p. 108) denomina de “consenso permissivo” (“*permissive consensus*”, tradução nossa) ajudou a amadurecer a ideia de que a União Europeia só traria benefícios aos países envolvidos, e que qualquer medida relacionada à expansão e integração do bloco seria desejável. Todavia, com a crise financeira, e logo após a crise da zona do euro, esse consenso foi sendo erodido:

Desde o inverno de 2009/2010, um grupo muito maior de pessoas está pronto para retirar o apoio político à integração europeia. Nesse contexto, todavia, a crescente deslegitimação possui diferentes, e de certas maneiras opostas causas: de um lado, pessoas oriundas dos países credores e com superávit na conta corrente estão cada vez menos dispostas a tolerar o crescente déficit público na periferia europeia. Portanto, tendem a ser mais críticas de uma dita “união de transferências”, ou união de dívidas compartilhadas. Do outro lado, um crescente criticismo oriundo dos países devedores e com déficit na conta corrente se sustenta em experiências opostas, uma vez que a implementação de reformas europeias é normalmente vista como uma austeridade imposta externamente, a qual excede as capacidades disponíveis desses países em se ajustar a isso sem que haja sérias consequências.<sup>34</sup> (BIELING, 2014, p. 108, tradução nossa).

---

<sup>34</sup> Do original: “Since Winter 2009/10, a much larger group of people is ready to withdraw political support for European integration. In this context, however, increasing de-legitimation has different, in some ways opposite causes: on the one hand, people within the current account surplus and creditor countries are less and less willing to financially stand up for rising public debt in the European periphery. Therefore,

Em consonância com a categoria de revolução passiva, temos que a Alemanha de Angela Merkel foi a principal interessada nos desdobramentos da crise do Euro, principalmente por ser defensora dos interesses capitalistas e financeiros dos bancos privados e estatais em seu território. Assumindo a liderança na implementação de medidas adequadas para os interesses ordoliberais, buscou, simultaneamente, alterar as relações de força entre centro e periferia, acentuando a desigualdade entre os PIIGS e os países credores (BIELING, 2014, p. 109). Essas medidas incluíram o enfraquecimento do trabalho organizado, o sucateamento do Estado de bem-estar, privatização de serviços públicos, e outras medidas de importância que reconfiguraram a realidade econômica desses países, exportando a modernização conservadora levada adiante na Alemanha, que por sua vez precede do movimento mais amplo da globalização fordista. Portanto, um processo de cooptação, sem consenso, incidindo de maneiras desiguais e combinadas nos países devedores, que se ajusta à categoria de revolução passiva definida por Gramsci, conforme explicado por Bieling (2014, p. 102, tradução nossa): “[...] O gerenciamento da crise europeia pode ser interpretado como um esforço emergencial acionado para estabilizar, modernizar, e ajustar a formação capitalista transnacional sem alterar fundamentalmente as dadas relações de força.<sup>35</sup>

Reitera-se: a abordagem alemã com relação aos seus pares europeus foi mais baseada na dominância, do que na hegemonia (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2014, p. 91). Tratou-se de modernização conservadora, com características restauradoras, levando à ruptura da coesão europeia no âmbito da União Europeia. Primeiro porque o europeísmo foi abandonado em detrimento de uma maior centralidade das regras associadas à Zona do Euro, instaurando um ambiente de “governança econômica baseada em regras” (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2014, p. 91). Também acentuou as desigualdades políticas e

---

they tend to be more critical of a so-called ‘transfer union’ or union of shared liabilities. On the other hand, rising criticism within current account deficit and debtor countries feeds on opposite experiences, as the implementation of European reforms is often seen as an externally imposed austerity mandate which exceeds the available capacities of these countries to adjust to it without serious consequences.”

<sup>35</sup> Do original: “European crisis management can be interpreted as an emergency-driven effort to stabilise, modernize, and adjust the transnational capitalist formation without fundamentally changing given power relations.”

econômicas entre centro e periferia, através da imposição de medidas de austeridade econômica e de financeirização da economia doméstica, levando à ruptura das relações entre os países membros do bloco: “[...] a Alemanha é incapaz de exercer hegemonia em sentido gramsciano, mas capaz o suficiente de continuar impondo austeridade para o resto da Europa.<sup>36</sup> (CAFRUNY, 2014, p. 67, tradução nossa).

A tendência aponta para uma continuidade desse movimento de revolução passiva na União Europeia (CAFRUNY, 2014, p. 72-73). O prospecto do legado da crise para o bloco não será objeto de discussão do presente trabalho; o que importa saber, é que uma das várias consequências desse manejo desigual e passivizador da crise da Zona do Euro será a ascensão dos partidos populistas de direita (BIELING, 2014, p. 110), como o alemão AfD (“*Alternative Für Deutschland*”), e o inglês UKIP (“*United Kingdom Independent Party*”). Novas relações de força se oporão ao projeto de integração supranacional europeu. A saída do Reino Unido da União Europeia se inscreve nesse movimento de contestação (BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2014, p. 91), o qual será analisado no próximo capítulo.

---

<sup>36</sup> Do original: “Germany is too weak to exercise ‘hegemony’ in the Gramscian sense, but strong enough to continue imposing austerity on the rest of the Eurozone.”

## 3 A SAÍDA DO REINO UNIDO DA UNIÃO EUROPEIA

### 3.1 O euroceticismo britânico

O Reino Unido sempre atuou politicamente como ente isolado nas contendas europeias, com sua população e políticos nutrindo a ideia de que havia uma singularidade britânica dissociada da ideia de “ser europeu”, pautada no distanciamento geográfico da Europa, e conseqüente distanciamento identitário (RENNI; SANTOS, 2016, p. 5). Essa percepção foi evoluindo com o tempo, transformando-se em oposição ao projeto de integração europeia, uma vez que o senso de pertencimento ao Reino Unido conflitava com a ideia de supranacionalidade europeia. Essa oposição é denominada “euroceticismo”, conforme os critérios que serão esboçados a seguir.

De acordo com Taggart e Szczerbiak (2008, p. 7, tradução nossa), o euroceticismo é definido como sendo “[...] a ideia de oposição qualificada ou contingente, assim como a incorporação absoluta e oposição não-qualificada ao processo de integração europeia.”<sup>37</sup>. Refinando o conceito, os autores entendem ser necessário diferenciar entre “euroceticismo duro” e “euroceticismo brando”: o primeiro diz respeito à oposição objetiva e em princípio ao projeto de integração supranacional europeia, com forte atuação de partidos políticos do país na busca de uma retirada completa da sua qualidade de membro da União Europeia; e o segundo alude à oposição, sem embasamento em princípios, ao projeto de integração europeia, normalmente associada a alguma política específica que entra em desacordo com os interesses nacionais do país, levando a uma reação mais qualificada e contestatória à trajetória da União Europeia, mas sem a menção ao abandono do bloco ou de suas instituições (TAGGART; SZCZERBIAK, 2008, p. 8).

Dito isso, o presente trabalho parte da afirmação de que a formação histórica pós-guerra do Reino Unido se pautou em um euroceticismo inicialmente brando, e posteriormente duro (GONÇALVES, 2016). Em um primeiro momento, remetendo à

---

<sup>37</sup> Do original: “[...] the idea of contingent or qualified opposition, as well as incorporating outright and unqualified opposition to the process of European integration.”

entrada do país na CEE (Comunidade Econômica Europeia) em 1973, visualizam-se as primeiras manifestações de descontentamento e euroceticismo por parte da população britânica com a ideia de integração regional, uma vez que as condições econômicas da época – frutos da crise de superprodução fordista – foram associadas não à crise mais orgânica do modo de produção capitalista, mas ao processo de admissão do país ao bloco. Essa adversidade, imediatamente após adentrar a CEE, fez com que desconfiança e relutância rondassem as relações da ilha com o continente, conferindo ao Reino Unido o título de “*awkward partner*” (GONÇALVES, 2016, p. 9). Sobre isso, convida-nos Baker à seguinte reflexão:

O euroceticismo britânico leva a marca da distinta experiência geopolítica histórica do Reino Unido. Seu patrimônio insular e isolamento geográfico, do progresso de seu isolamento à vitória durante a Segunda Guerra Mundial e, inicialmente no período pós-guerra, seu legado imperial e sua relação com a Commonwealth, serviram como temas essenciais por trás do euroceticismo britânico. Mas a Grã-Bretanha também veio a exercer hegemonia na economia global do século XIX através de uma política enfatizando o livre comércio e a livre circulação. Este apego histórico da elite política britânica a uma política liberal de "mar aberto" persistiu. Tornou-se uma tradição política central na política britânica e tem levado muitos eurocéticos britânicos a identificar a Grã-Bretanha com uma iniciativa global em vez de europeia. (BAKER et al., 2008, p. 109 apud GONÇALVES, 2016, p. 14).

Logo após sua entrada na CEE, a ilha se envolverá com seu primeiro desentendimento relativo a decisões internas em desacordo com as decisões do bloco, protagonizando com a França uma contenda relativa às contribuições orçamentárias, pela qual ocorrera a exigência de que o Reino Unido contribuísse para o orçamento do bloco (21% do total) de maneira integral, desde o primeiro dia de sua adesão, em oposição à demanda inglesa de uma transição gradual, com contribuição progressiva (GONÇALVES, 2016, p. 13).

As decisões relativas à filiação ao bloco nunca foram tomadas como resultado da aceitação integral da dimensão político-institucional da integração europeia, mas sim do cálculo utilitarista de que o Reino Unido estaria melhor posicionado dentro de um mercado comum, do que fora. O entendimento das elites britânicas, de que a adesão era um mal “necessário” diante do declínio econômico e político da ilha, explica o porquê de o Reino Unido ser entendido como um *awkward partner* (SCHNAPPER, 2017, p. 84-85).

Um exemplo desse cálculo utilitarista seria a questão da Política Agrícola Comum (SCHUTTE, 2017, p. 121-122): historicamente, o Reino Unido sempre apostou em uma vantagem comparativa nas manufaturas, preferindo manter uma participação inexpressiva do setor agrícola na economia doméstica e preenchendo essa lacuna com a importação de alimentos mais baratos. O pequeno setor era mantido vivo através do excedente pago pelo contribuinte britânico. No continente Europeu, a dinâmica era diferente, uma vez que o setor agrícola era mantido através de subsídios para os agricultores, e os consumidores estavam aptos a pagar preços elevados pelos gêneros alimentícios. Portanto, o Reino Unido se viu obrigado a arcar com custos superiores aos que estava disposto, uma vez que grande parte da Tarifa Externa Comum arrecadada sobre produtos britânicos escoava para Bruxelas, sendo utilizada para financiar os subsídios para os agricultores europeus, e gerando pouco retorno para o diminuto setor agrícola da ilha. Também prejudicial para o Reino Unido eram as novas restrições impostas pela TEC da CEE aos antigos parceiros comerciais da ilha (SCHUTTE, 2017, p. 122), uma vez que muitos países da *Commonwealth* – como a Nova Zelândia – eram tradicionais exportadores de alimentos para a ilha, que agora passariam a ter dificuldades de exportar, estreitando a dependência do Reino Unido dos países produtores do bloco europeu, e conseqüentemente dos altos preços dos gêneros alimentícios que passariam a ser importados do continente, algo que os consumidores britânicos tiveram dificuldade de aceitar.

Todavia, existia a percepção de um *trade-off* nessa relação (SCHUTTE, 2017, p. 122), onde as perdas relacionadas à PAC seriam compensadas pela abertura do mercado europeu às manufaturas britânicas. Essa realidade não se concretizou, e a indústria manufatureira do Reino Unido foi confrontada com a alemã, que era mais competitiva. Diante desses problemas estruturais, que acabaram não sendo negociados, o cálculo utilitarista da ilha acabou saindo desvantajoso economicamente na ocasião da entrada na CEE, situação que gerou uma insatisfação visível nas elites e na opinião pública, ao ponto de os próprios trabalhistas, durante o governo do PM Harold Wilson, terem referendado o que viria a ser uma tentativa de sair do bloco europeu, em 1975, com 67% da opinião britânica votando pela permanência (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 110). Diante dessa derrota, os eurocéticos teriam que aprender a conviver com as imposições feitas à autonomia política e econômica do Reino Unido.

Posteriormente, em decorrência desse primeiro momento de estranhamento e desilusão, teremos a atuação do primeiro-ministro James Callaghan expressando um “euroceticismo no sentido de se opor ao aumento de poderes da então Comunidade Europeia” (GEORGE, 2000, p. 16 apud GONÇALVES, 2016, p. 15). O PM ressentia-se da possibilidade de delegar poderes legislativos a uma instância supranacional – o Parlamento Europeu -, e recusou a participação do Reino Unido no SME à época de sua criação. Nos diz Oliveira e Wolf (2016, p. 111) que: “[...] eles [os britânicos] se opuseram firmemente às iniciativas que significassem a transferência de mais poderes soberanos das instituições nacionais para as instituições supranacionais.”. Assim, apesar da derrota do referendo de 1975 e escolha de permanecer no bloco, o euroceticismo brando ainda fazia parte do discurso dominante, e vociferava pela soberania do parlamentarismo de Westminster (SCHUTTE, 2017, p. 122).

Na verdade, o Reino Unido estava mais interessado na eliminação de barreiras aos fluxos de bens, serviços e capitais (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 109) do que a adesão a um projeto de integração supranacional. As questões da PAC, da Tarifa Externa Comum, do SME, incomodavam as elites e opinião popular britânicas. O que se pretendia era uma solução ao declínio econômico do Reino Unido, e uma recuperação imediata da crise econômica da década de 1970 causada pela crise mais geral do Fordismo (RENNI; SANTOS, 2016, p. 6).

O mal-estar provocado pela contribuição britânica à Política Agrária Comum e a contração econômica devido à crise do Fordismo, levaram ao crescimento do euroceticismo e a desilusão com o europeísmo, apesar da vitória no referendo de 1975 (RENNI; SANTOS, 2016, p. 6). Havia o entendimento, na verdade, de que a não adesão à CEE naquele momento seria mais prejudicial que a filiação, apesar das contendas e dissídios. Todavia, esse entendimento suscitou um ceticismo estratégico por parte do Reino Unido, donde todo acordo e determinação do bloco era imediatamente repudiado e recusado por parte do governo britânico, através do mecanismo de *opt-out*<sup>38</sup> (RENNI; SANTOS, 2016, p. 6). O governo Thatcher (1979-1990) será caracterizado por essa estratégia. Curiosamente, Thatcher era pró-europeia no início, mas sua percepção dos ganhos com referência aos prejuízos

---

<sup>38</sup> O mecanismo de *opt-out* é um protocolo anexado sempre que um novo acordo é assinado no seio da UE, que dá isenção dentro de um campo político comum a um Estado-membro no fim das negociações intergovernamentais (RENNI; SANTOS, 2016, p. 6).

determinou sua adesão ao bloco do euroceticismo duro nas fileiras do Partido Conservador (PALMER, 2014, p. 288). Além da PAC, outros fatores foram determinantes para a consolidação do euroceticismo na década de 80. Um deles merece destaque:

[...] o aumento notável na escala de contribuições anuais líquidas por parte do Reino Unido para o orçamento da UE. Isto foi em parte resultado do alargamento regular da União Europeia para novos estados membros, mas também refletido no desequilíbrio das políticas de gastos da organização [...]. Mas foi o orçamento que desencadeou a primeira grande crise nas relações Reino Unido/UE. A Sra. Thatcher lançou uma ofensiva completa no Conselho Europeu de Dublin em 1979 com um toque de corneta: 'Eu quero meu dinheiro de volta'. (PALMER, 2014, p. 288-289).

O Reino Unido participou ativamente na elaboração do Ato Único Europeu de 1986, que previa a completude do mercado interno até 1992. Paradoxalmente, acabou aceitando o voto majoritário (SCHUTTE, 2017, p. 126). Essa anuência se opunha ao desejo de estar fora politicamente, e dentro economicamente, como se costumava fazer através dos mecanismos de *opt-out*. Para Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia à época: “a complementação do mercado interno não era um fim em si, mas fazia parte de um projeto de caráter federalista de maior integração que envolveria logo em seguida a união monetária e a integração social, cultural e política” (SCHUTTE, 2017, p. 126).

Thatcher se ressentiu do golpe, tendo endurecido seu discurso e votando contra a conferência intergovernamental que resultaria no Tratado de Maastricht de 1992. Quanto mais a CEE se distanciava da simples ideia de um mercado interno, mais o Reino Unido se distanciava da ideia de uma Europa integrada e supranacional, com o euroceticismo duro crescendo como discurso (SCHUTTE, 2017, p. 126). Um pouco antes de sua queda, em 1990, Margaret Thatcher declarava que o Reino Unido havia perdido sua chance de negociar um acordo de livre comércio fora do aparato institucional da CEE, sem a necessidade de adesão, como fazem alguns países atualmente<sup>39</sup>.

Um pouco antes de sua queda, a primeira-ministra se envolveria com dois grandes imbróglios: de um lado, a briga com Kohl referente à unificação alemã, uma vez que o Reino Unido se ressentia da possibilidade de uma Europa germânica,

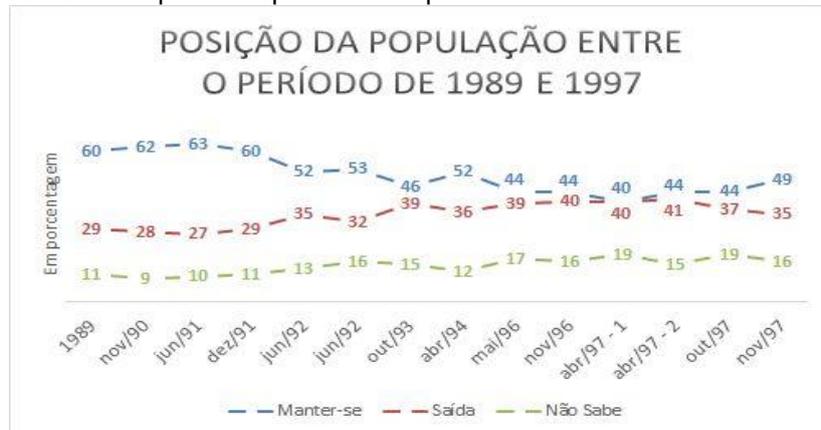
---

<sup>39</sup> Para saber mais, ver também Emerson (2017, pp. 167-188).

opondo-se fortemente a essa possibilidade desde a época de Churchill; do outro lado, as discordâncias relativas à integração monetária, donde Thatcher tentou barrar a entrada da ilha no MTC, entendendo que a libra esterlina viria a ser atrelada ao marco alemão, sendo um precedente para a adoção de moeda única no bloco (SCHUTTE, 2017, p. 127-128). Pressionada por seus ministros, que eram favoráveis à entrada no MTC, Thatcher acabou cedendo. Mesmo após sua queda em 1990, manteria vivo o euroceticismo duro que caracterizou seus últimos embates com Delors e Kohl, fazendo campanha contra a permanência do Reino Unido no bloco, e sendo veementemente contra uma moeda única e uma União Europeia (SCHUTTE, 2017, p. 128).

A política de *opt-outs* teve continuidade durante o governo de John Major (1990-1997), sem, no entanto, a permanência da retórica de euroceticismo duro (SCHUTTE, 2017, p. 129). Graças a esse mecanismo, o Reino Unido conseguiu, na ocasião das negociações do Tratado de Maastricht, driblar a adesão ao euro, e também ficar de fora das políticas sociais, como por exemplo o Espaço Schengen (RENNI; SANTOS, 2016, p. 6). Major havia triunfado na sua política de “as duas vias convenientes.”<sup>40</sup> (RENNI; SANTOS, 2016, p. 6, tradução nossa). Todavia, esse prestígio duraria pouco: no mesmo ano da criação de Maastricht, a Dinamarca havia rejeitado o referendo para aderir ao que viria a ser a União Europeia. Isso significava para os eurocéticos a possibilidade de vincular a vontade popular ao processo de admissão da ilha no bloco, o que Major rejeitou, ciente dos riscos envolvidos (SCHUTTE, 2017, p. 129).

TABELA 2 – Pesquisa de opinião sobre permanência e saída da União Europeia



<sup>40</sup> Do original: the comfortable both ways;

Porém, o golpe fatal viria com o evento que ficou conhecido como “*Black Wednesday*”: na véspera do referendo na França, os mercados iniciaram um ataque especulativo contra a Libra Esterlina, forçando o governo britânico a uma desvalorização, e posteriormente à saída do MTC, apenas dois anos após a entrada do Reino Unido no mecanismo (SCHUTTE, 2017, p. 129). Esses dois eventos tonificaram a retórica eurocética dura, pois veicularam Maastricht ao excesso de poder da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, ainda hoje um tópico de alta sensibilidade para o público e a elite britânicas.

Em pesquisa realizada pela Ipsos MORI (GONÇALVES, 2016, p. 25) na década de 90, observa-se que o contraste entre indivíduos favoráveis à permanência, e aqueles favoráveis à saída, é acentuado no ano de 1993, um ano após os desalentos causados pelo contexto de Maastricht. Como consequência desse cenário instável, os conservadores perdem Westminster para os trabalhistas em 1996, tendo Tony Blair assumido como primeiro-ministro em 1997. Seu governo foi marcado pela tentativa de resgatar os princípios de comunidade europeia e a operacionalização da integração, vinculando os benefícios que a União Europeia poderia trazer ao enfrentamento das mudanças advindas da globalização (RENNI; SANTOS, 2016, p. 7).

Esse discurso será esvaziado na ocasião das discussões intergovernamentais sobre o Tratado de Nice (fevereiro de 2000), que, em termos gerais, efetivou maior transferência de poderes para o Conselho e Comissão Europeus, em preparação ao alargamento do bloco que viria a ocorrer em 2004 (RENNI; SANTOS, 2016, p. 7). Com o esvaziamento do programa de Blair para a União Europeia, e o temor dos eurocéticos se concretizando – mais empoderamento das instituições supranacionais europeias -, não poderia ser mais óbvio o resultado do Eurobarômetro 54<sup>41</sup> de abril de 2001: um dos membros mais eurocéticos da Europa, o Reino Unido contou com 1300 britânicos entrevistados, onde “47% destes afirmam conhecer as instituições da União Europeia e avaliam a importância destas instituições com uma média de 35%, sendo o Estado-membro com o menor nível apresentado nos dois casos.” (GONÇALVES, 2015, p. 29). Sobre o Parlamento Europeu, o relatório expõe que apenas 28% da população britânica confia nessa instituição (GONÇALVES, 2015, p. 29).

---

<sup>41</sup> Comissão Europeia. **Eurobarômetro 54**. 2000. Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/1406>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Os britânicos também não aderiram, integralmente, “à Carta dos Direitos Fundamentais da UE” em 2007, conquistando uma cláusula especial que assegurava a predominância da legislação interna à legislação europeia, impedindo que Bruxelas fizesse valer por força os dispositivos da carta (OLIVEIRA; WOLF, 2015, p. 112). O Euroceticismo duro crescia silenciosamente, custando o governo trabalhista de Blair, e posteriormente Gordon Brown (2007-2010), que perdem para os Conservadores em 2010, dando lugar ao moderado David Cameron. Esse custo se deveu em grande parte à crise da Zona do Euro, que aprofundou o processo de integração na direção de uma união fiscal e bancária (SCHUTTE, 2017, p. 130), além de ter afetado o Reino Unido, por mais que a ilha não fizesse parte da Zona do Euro:

O Reino Unido foi forçado a adotar uma política fiscal fortemente contracionista, cujos efeitos negativos sobre a economia foram apenas parcialmente compensados pela adoção de uma política monetária menos rígida, que incluiu um programa de expansão quantitativa de mais de 375 bilhões de libras. Segundo dados do FMI, o Reino Unido apresentou uma taxa de crescimento do PIB média de 0,9% entre 2008 e 2015, contra uma taxa de crescimento média de 2,8% entre 2000 e 2007. Da mesma forma, o país apresentou uma taxa de desemprego média de 7,1% entre 2008 e 2015, contra uma taxa de desemprego média de 5,1% entre 2000 e 2007. (OLIVEIRA; WOLF, 2015, p. 113).

O tema da maior integração em decorrência da crise econômica esteve presente no discurso de posse de Cameron. Todavia, diferentemente do que desejavam as alas eurocéticas do Partido Conservador, Cameron optou por assentir com uma maior integração da Zona do Euro, compreendendo que o amadurecimento da união monetária politicamente e economicamente era essencial para o avanço da governança no bloco, e, conseqüentemente, para que fosse possível evitar crises dessa magnitude no futuro próximo (PALMER, 2014, pp. 280-281). Tratou-se de um cálculo interesseiro, uma vez que a retomada do crescimento britânico era indissociável da resolução da crise da Zona do Euro. Esse cálculo, para alívio dos eurocéticos, estava condicionado ao já conhecido mecanismo de *opt-out*. em 2012, o Reino Unido não assinou o “Tratado de Estabilidade, Coordenação e Governança da União Econômica e Monetária”, entendendo que o mesmo aumentaria o poder das instituições europeias em detrimento das britânicas (OLIVEIRA; WOLF, 2015, p. 113). Novamente, a ilha se mantinha distante de qualquer tentativa de integração supranacional, cooperando apenas na retórica, e diligente para que esta retórica

estivesse alinhada aos objetivos britânicos, como demonstrou Cameron em seu discurso.

Sem se demorar no detalhamento da Crise do Euro, observa-se que contribuiu severamente para o empoderamento do euroceticismo duro nas fileiras do Partido Conservador, e também do Partido Trabalhista, principalmente em reação às medidas de austeridade ensejadas pelo governo alemão (PALMER, 2014, p. 290). Insatisfeito com o processo de integração europeia que vinha se desenrolando desde sua adesão ao bloco, e com as questões econômicas associadas à união monetária e, posteriormente, à gestão austera e coercitiva da crise na Zona do Euro, o euroceticismo duro do Reino Unido resultou, depois de um longo hiato, em um referendo para sair da União Europeia, proposto por David Cameron em 23 de janeiro de 2013 e previsto para 23 de junho de 2016, caso Cameron fosse reeleito (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 114).

Cameron queria, na prática, mimetizar a estratégia usada por Harold Wilson em 1975, ou seja:

Ao chamar um referendo poderia impor sua liderança no partido conservador diante do euroceticismo, da mesma forma que Wilson o fez com os eurocéticos no partido trabalhista da época. O jogo era o mesmo: anunciar uma gloriosa guerra contra Bruxelas, conquistando concessões supostamente significativas que mostrariam que, nessa nova situação, valeria a pena continuar. (SCHUTTE, 2017, pp. 130-131).

Não havia sequer pressão da opinião pública ou do Parlamento para a realização de um referendo. Tratou-se de uma estratégia política de Cameron que custou sua carreira, já que ele apostava no voto pela permanência (SCHUTTE, 2017, p. 131). O cálculo de Cameron diferia do de Wilson principalmente no tocante à época das estratégias: em 1975, o que se desejava era uma renegociação das contribuições do Reino Unido, algo possível politicamente por não depender da adição de emendas ao Tratado de Roma. Todavia, o contexto de 2016 era totalmente diferente, principalmente no tocante à crise humanitária Síria, e consequente crise migratória na Europa. “Seria impossível negociar qualquer alteração na política migratória sem emendar o Tratado de Roma, levando em conta que o Reino Unido já estava de fora do Acordo de Schengen.” (SCHUTTE, 2017, p. 131).

O tema da imigração merece destaque, uma vez que foi um dos principais discursos utilizados pelos eurocéticos para elencar os prejuízos advindos do pertencimento à União Europeia. Apesar de não pertencer ao Espaço Schengen, o Reino Unido de Tony Blair havia concordado em remover quaisquer restrições à livre-circulação dos cidadãos dos Estados que haviam aderido recentemente ao bloco. Isso determinou uma enorme migração de poloneses e leste-europeus, no total de mais de 1 milhão de indivíduos em apenas uma década (SCHNAPPER, 2017, p. 86). Somase a isso o influxo de refugiados do Oriente Médio, que fugiam dos conflitos na Síria e Iraque rumo aos países europeus, muitas vezes com destino à Inglaterra em função da língua inglesa.

Paradoxalmente, grande parcela da população favorável à saída da União Europeia era oriunda das áreas com a menor taxa de imigrantes, e os favoráveis à permanência, oriundos de grandes metrópoles com maior concentração de imigrantes, majoritariamente refugiados (POSTA, 2017, p. 16). Em pesquisa publicada pela Ipsos MORI (outubro de 2014), essa contradição é melhor observada: enquanto os britânicos supõem que 24% da população é composta por imigrantes, na verdade 13% é. O mesmo ocorre com muçulmanos: os entrevistados estimam que 21% da população seja muçulmana, enquanto que na verdade apenas 5% é (GONÇALVES, 2016, p. 32). Essas métricas auxiliam no entendimento da dimensão do discurso fabricado pelos eurocéticos, uma vez que os fatores da recessão e do desemprego, legados da crise econômica de 2008, foram associados erroneamente à questão da imigração, para fabricar um discurso que pudesse ser associado aos males de se pertencer à União Europeia (RENNI; SANTOS, 2016, p. 10). Graças a essa manipulação da realidade efetuada pelos eurocéticos duros, com grande influência da mídia dos tabloides, foi possível focar no tema de “tomar de volta o controle<sup>42</sup>” (SCHNAPPER, 2017, p. 86, tradução nossa) das fronteiras britânicas e da soberania do parlamentarismo de Westminster.

David Cameron buscou – sem muito sucesso – várias garantias da União Europeia, tentando agregar legitimidade ao projeto de integração sob o argumento de que se a Inglaterra demandasse, concessões seriam feitas. Essa era afinal, sua estratégia desde a promessa de referendar a saída. “Estas demandas somam para a

---

<sup>42</sup> Do original em inglês: “take back control”.

criação de uma nova classe privilegiada de participação do Reino Unido, sem a responsabilidade total sobre os interesses coletivos europeus.” (PALMER, 2014, p. 282). Uma dessas demandas fora a negociação de um acordo para que o Reino Unido não adotasse a resposta do bloco à crise de refugiados vindos de países como a Síria (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 115). Cameron se comprometia arduamente com o Conselho Europeu e com Donald Tusk<sup>43</sup> para tentar ajustar pontos de funcionamento entre ambas as partes, tendo inclusive conseguido garantias de Bruxelas que reforçassem o status especial do Reino Unido dentro do bloco, na tentativa de dissuadir os votantes de votarem pela saída da ilha (ANTUNES, 2019, p. 175).

Portanto, esses três temas de grande repercussão entre as fileiras eurocéticas do Partido Conservador – a crise da Zona do Euro, a questão da imigração, e a rejeição à integração supranacional – foram utilizados para convencer o eleitorado britânico de que a melhor opção era o voto pela saída. O UKIP - do inglês *United Kingdom Independence Party* – era o principal partido político envolvido nas campanhas pela saída, e tradicionalmente defensor de um euroceticismo duro extremado, tendo se originado na ocasião do Tratado de Maastricht para fazer oposição ao mesmo (RENNI; SANTOS, 2016, p. 8). Esses populistas de direita cresceram em popularidade nos anos anteriores ao referendo, e quando era chegada a hora, com a maioria dos Conservadores garantida no parlamento britânico e a reeleição de David Cameron consumada em 2015, esses senhores do UKIP pressionaram pela imediata realização do referendo, para que o a voz do povo britânico fosse ouvida. O Partido Conservador, a muito tempo insatisfeito com os rumos do bloco europeu, aproveitou o gancho do momento e se juntou à retórica eurocética. O Brexit foi referendado em 23 de junho de 2016, como prometido por Cameron 3 anos antes (XAVIER, 2017, p. 30).

### **3.2 O Reino Unido vota pela saída**

Esboçar-se-á agora a cronologia dos acontecimentos. Diante de um parecer positivo – 52% dos 30 milhões que votaram – do referendo, oficializando a saída do

---

<sup>43</sup> Donald Tusk é um político polonês, e foi o presidente do Conselho Europeu de 2014 até 2019, tendo sido um dos principais atores nas discussões sobre o *Brexit*.

Reino Unido, o primeiro-ministro David Cameron decide anunciar que estará deixando o cargo, na manhã de 25 de junho, e que caberá ao seu sucessor acionar o art. 50º do Tratado de Lisboa<sup>44</sup>. No dia 13 de julho de 2016, o Partido Conservador substituiu David Cameron pela Ministra do Interior, Theresa May. Seu mandato viria a ser extremamente breve e turbulento, esbarrando em dificuldades políticas relativas ao método de saída, sendo a PM favorável a um “*soft Brexit*” (uma saída negociada com a U.E, garantindo a manutenção de pontos de interesse entre ambos, como por exemplo a circulação de mercadorias e serviços entre Irlanda e Grã-Bretanha), em oposição à demanda dos eurocéticos por um imediato e brusco “*hard Brexit*”, ou seja, uma saída da U.E sem negociações. Buscando garantir sua legitimidade no Parlamento com a formação de uma maioria, e silenciar tanto os favoráveis à permanência, quanto os “*hard brexiter*s” (favoráveis a uma saída imediata e sem negociações), May decidiu convocar eleições gerais para 8 de julho de 2017. Incapaz de cooptar os atores, consumou sua derrota e rapidamente apresentou sua renúncia, em vista do efusivo descontentamento dos conservadores com sua demora no processamento de uma saída imediata (SCHNAPPER, 2017, p. 94).

Coube ao sucessor de May, o premier Boris Johnson – ex-prefeito de Londres e um ardoroso eurocético duro - a efetivação do Brexit. Através de um ato parlamentar aprovado pela Câmara dos Comuns, convocando eleições excepcionais para dezembro de 2019 (*Early Parliamentary General Election Act 2019*)<sup>45</sup>, o Partido Conservador conquistou o mandato de Boris Johnson como primeiro-ministro no dia 12 de dezembro de 2019, com uma vitória histórica de 364 assentos – inferior apenas à vitória de Margaret Thatcher em 1987 –, e uma campanha eleitoral pautada nos dizeres “*get Brexit done*” (fazer o Brexit vingar, em tradução livre). O Partido Conservador aproveitou sua vitória maciça para votar na Câmara dos Comuns um projeto de lei que ratificava o Brexit, decorrendo sua aprovação no dia 20 de

---

<sup>44</sup> A possibilidade de um Estado membro se desligar da união econômica é institucionalizada e está prevista no art. 50º do Tratado de Lisboa. O próprio framework europeu, portanto, prevê o mecanismo de sua desmobilização. Nesse sentido, o país interessado em se desvincular do bloco europeu precisaria notificar esta decisão ao Conselho Europeu, passando a União a negociar o formato da futura relação entre o bloco e o país retirante. O eventual acordo alcançado seria aprovado por maioria qualificada do Conselho, após a provação pelo parlamento europeu” (GLITZ, 2018, p. 551).

<sup>45</sup> Governo britânico. **UK Public General Acts**. 2019. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2019/29/enacted/data.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

dezembro, e consequente aprovação pela rainha (*Royal Assent*)<sup>46</sup> no dia 23 de Janeiro de 2020, tornando-se lei nacional. Em 31 de Janeiro de 2020, o Reino Unido completava um novo capítulo de sua história na Europa – capítulo iniciado desde a sua entrada, em 1973.

### 3.3 O legado imediato do Brexit

O ambiente de incerteza advindo do Brexit trouxe muitas consequências para o Reino Unido, e continuará trazendo na medida que a relação entre a ilha e o continente vem se deteriorando após efetivada a saída *de facto* e *de jure* (RODRIGUES et al., 2017). Logo após a vitória do referendo, a libra esterlina sofreu forte desvalorização, representando a deterioração das expectativas dos agentes e a inquietação dos proprietários de riqueza, receosos da possibilidade de uma redução alarmante no crescimento econômico britânico (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 117). Essa redução se dará, principalmente, pela cessão do comércio com os países da União Europeia, uma vez que não sendo mais membro de um Mercado Comum, o Reino Unido terá dificuldades regulatórias e logísticas para retomar as transações de bens e serviços com seus vizinhos, sendo necessário o trabalho hercúleo de designar novos acordos e tratativas com cada país, isoladamente, do bloco europeu (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 118). O capital financeiro especulativo será o grande prejudicado da equação, uma vez que aproximadamente 80% do valor adicionado pelo país vem do setor das finanças, oriundo da dinâmica “City de Londres”. A maior parte dos ativos e passivos financeiros da Europa continental estavam concentrados em Londres, e novas exigências regulatórias e taxações podem vir a desestimular novas aplicações financeiras na ilha (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 119).

Analisando a demografia dos votos, fica evidente que, em termos absolutos, apenas a Inglaterra foi favorável à saída dentro do Reino Unido (GONÇALVES, 2016, p. 43). Esse cenário gerou forte revolta nas populações norte-irlandesas e escocesas,

---

<sup>46</sup> BBC NEWS. **Brexit bills receives royal assent. Bbc News Uk.** London, jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/uk-politics-51221727/brexit-bill-receives-royal-assent>. Acesso em: 2 fev. 2022.

onde o voto pela permanência fora alto, chegando ao ponto de a primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, propor um novo referendo pela independência do país em 2017 – outro referendo já havia sido proposto em 2014, tendo sido malsucedido -, e que fora rejeitado por Theresa May à época<sup>47</sup>. Para Xavier (2017, p. 30), a predominância pelo voto de saída na Inglaterra espelha também uma geografia de voto social, econômica e demográfica. Sem se demorar nas conclusões da autora, o que interessa para o presente trabalho é o dado de que “[...] as zonas com mais problemas econômicos, com maior influência do Partido Trabalhista e dos nacionalistas do UKIP de Nigel Farage votaram no ‘Sair’” (XAVIER, 2017, p. 30). Essa avaliação permitirá, na conclusão do presente trabalho, entender os nexos entre a crise orgânica e estrutural de conteúdo fordista da hegemonia estadunidense, e sua tradução regional no espaço europeu (JESSOP, 2016, 2018; ROSENBERG, 2019).

No tocante à relação com a União Europeia, as consequências advindas da saída são mais imediatas e improteláveis:

Os britânicos não devem esperar concessões de seus vizinhos nos moldes das obtidas pelos países do Espaço Econômico Europeu (EEE) e pela Suíça, já que isso poderia fortalecer os grupos sociais contrários à UE nos demais países-membros do bloco, o que poderia levar a novos referendos e, no limite, a novas deserções. Em 1992, a UE negociou com a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) um acordo que daria origem ao EEE, o qual assegurou a extensão do mercado comum da UE aos países da AELC<sup>48</sup>, com exceção da Suíça. Pouco tempo depois, UE e Suíça iniciaram a negociação de acordos bilaterais em algumas das áreas do acordo com os demais países da AELC. (OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 120).

Atualmente, a AELC foi esvaziada e conta apenas com a Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. Muitos países decidiram abandonar a aliança para se filiar à União Europeia – o Reino Unido incluso. Será improvável que os britânicos consigam voltar a fazer parte da AELC nas mesmas condições de antigamente, já que isso exigiria a aprovação e consenso dos membros atuais, tendo a Noruega já se

---

<sup>47</sup> BBC NEWS: **Theresa may rejects nicola sturgeons scottish referendum demand. Bbc News Uk.** London, 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2017/mar/16/theresa-may-rejects-nicola-sturgeons-scottish-referendum-demand>. Acesso em: 2 fev. 2022.

<sup>48</sup> De acordo com Oliveira e Wolf (2016, p. 120): “É importante registrar que a AELC foi criada em 1960 por iniciativa do próprio Reino Unido, como uma alternativa ao principal projeto de integração regional no continente. A AELC seria um projeto intergovernamental e não supranacional, de modo que poderes soberanos seriam retidos nas instituições nacionais ao invés de serem transferidos para instituições supranacionais”.

posicionando contra, em função da preservação do equilíbrio dentro da aliança (WINTOUR, 2016 apud OLIVEIRA; WOLF, 2016, p. 120).

Outro ponto muito presente no debate sobre as condições da saída, é o de que não haveria tratamento especial para o Reino Unido após o acionamento do art. 50º do Tratado de Lisboa (SCHNAPPER, 2017, p. 91). Receosos de um efeito cascata em outros países do bloco que possuíam um debate eurocético presente e recorrente (como Polônia e Hungria), os líderes europeus decidiram asseverar as condições impostas à saída do Reino Unido, para que o exemplo esmorecesse os ímpetus de políticos eurocéticos de outros países no bloco (BELKE, 2017, p. 357).

Theresa May tentou inclusive persuadir Angela Merkel buscando garantias e reservas à saída, em sua tentativa de estabelecer um “*soft Brexit*”, entendendo que os vínculos comerciais entre ambos os países e a visão econômica similar de ambas as líderes, fossem uma vantagem relacional nas tratativas. Todavia, a chanceler alemã estava mais preocupada em assegurar a estabilidade e durabilidade do projeto de integração supranacional para os outros 27 Estado-membros da U.E (SCHNAPPER, 2017, p. 91). Essa situação se demonstra severa para os britânicos – apesar da indiferença dos “brexiters duros”<sup>49</sup> – uma vez que o Reino Unido sairia perdendo seus principais benefícios e vantagens auferidos dos dispositivos de incentivo e financiamento da União Europeia, como é o caso da “Política Regional”, e do “Banco Europeu de Investimentos”. (WOLF, 2016, p. 120).

A escolha por uma saída imediata e sem negociações se traduzirá em grandes desafios para o Reino Unido, não só na perda de incentivos e subsídios, ou na desorientação da economia nacional em face de novas exigências e acordos, mas também na dimensão fronteiriça. A República da Irlanda permanecerá na União Europeia, com sua vizinha protestante fazendo parte – contra sua vontade – de um Reino Unido emancipado de Bruxelas. Essa nova configuração territorial pode pôr em risco a estabilidade conquistada na região através dos Acordos de Paz<sup>50</sup>, permitindo

---

<sup>49</sup>Do inglês “hard brexiters”, referindo-se aos políticos favoráveis a uma saída imediata e sem negociações.

<sup>50</sup>O “Acordo de Belfast”, conhecido em língua inglesa como “Good Friday Agreement”, é um dispositivo assinado entre Irlanda do Norte, República da Irlanda e Inglaterra, em 10 de abril de 1998, uma sexta-feira. O acordo definia como a Irlanda do Norte seria governada, em vista dos diferentes partidos e atores envolvidos no conflito.

a ressurgência de conflitos entre católicos e protestantes. Também será desafiadora a relação entre pescadores franceses e ingleses no Canal da Mancha, que disputarão limites marítimos tradicionalmente compartilhados quando o Reino Unido ainda era membro (XAVIER, 2017, p. 31). O Brexit, como processo histórico intrínseco à crise capitalista global, produz ainda mais dúvidas sobre os problemas atuais do Reino Unido e o legado da crise europeia:

A forte rejeição à UE por parte da extrema-direita britânica, a crise financeira mundial que tem desdobramentos até os dias atuais, os clamores pelo endurecimento das políticas migratórias em todo o continente, e os erros das sucessivas administrações britânicas desaguaram no Brexit [...] A percepção pública desta decisão é conhecida, porém se de fato ocorrerão as mudanças e melhorias esperadas pela população ainda é uma incógnita. Afinal, saindo ou não da UE, o Reino Unido não tem como sair da Europa. (SANTOS; RENNI, 2016, p. 11).

## 4 CONCLUSÃO

A hipótese de que a Alemanha possui hegemonia incompleta no espaço regional da União Europeia pode parecer improcedente inicialmente. Afinal, um entendimento insuficiente das categorias gramscianas leva ao equívoco de supor que uma hegemonia é exercida apenas como um ato direcional, premeditado, tencionado por um chefe de Estado em específico. Esquece-se de considerar, na avaliação do processo histórico como um todo, a metodologia das relações de força. Esquece-se, como descrevera Gramsci (2019, p. 40-42, Q13, §17), a importância do momento político na consecução de ideias e na prevalência de visões de mundo. Esse entendimento possibilita afirmar que:

Toda ação política aspira à hegemonia, ainda que a consecução da mesma não tenha ocorrido. Assim, toda ação política enseja a existência de uma hegemonia enquanto concepção de mundo, ainda que tal ação seja pautada por uma perspectiva associada fortemente à força, à coerção. (PASSOS, 2019, p. 131).

Assim, embora a Alemanha nunca tenha se engajado em alguma guerra de posições específica que ambicionasse a consecução de seus objetivos e a formalização de sua visão de mundo para a Europa, manteve um discurso favorável à integração europeia, e perseguiu medidas que viabilizassem essa visão de mundo, de uma Europa integrada e supranacional. Não somente isso: o país possuía uma fórmula pronta, pensada, para que a União Europeia fosse um bloco estável e seguro, sem comprometer a saúde financeira dos países já admitidos. O que o presente trabalho considerou, a título de hipótese, como traduções do Americanismo e seu conteúdo fordista – o Europeísmo e o ordoliberalismo, respectivamente – converteram-se no principal receituário alemão para uma possível união monetária e política, estável e conservadora para que crises econômicas fossem evitadas. Macartney (2008, p. 437; 442-444) corrobora essa tendência, demonstrando que institutos como o CESIf<sup>51</sup> - compostos por executivos do Deutsche Bank, Porsche, Siemens, Credit Suisse – atuavam na representação das frações do capital transnacional em suas tentativas de produzir um senso comum neoliberal, através de intelectuais orgânicos que produzem e reproduzem ideias, valores, e visões

---

<sup>51</sup> Acrônimo do inglês para: Center of Economic Studies (CES) + Information und Forschung (If).

associadas a interesses corporativos: “O CESIfo está intrinsecamente envolvido nesse esforço, de promover a ideologia neoliberal como universalmente benéfica, moldando ideias sobre reformas.<sup>52</sup> (MACARTNEY, 2008, p. 442).

Portanto, a busca pela prevalência dos interesses particulares do capital transnacional através da produção de um senso comum neoliberal – em sua figura alemã do ordoliberalismo – **sugere** a busca por um projeto hegemônico no espaço regional europeu (MACARTNEY, 2008, p. 444, grifo do autor). Aqui, o objetivo pretendido é reiterar a avaliação que se faz sobre o processo de embates na busca por uma hegemonia plena, envolvendo grupos, classes, e frações de classes. O Europeísmo deixa de ser apenas uma visão particular das elites alemãs, quando é levado para o terreno dos embates e ideologias, buscando ser consenso entre todas aquelas concepções dos países-membros, especificamente das concepções francesa e inglesa, principais contestadoras de uma “Europa Germânica”.

Não obstante, uma questão imprescindível a ser analisada é a compreensão do Europeísmo e do ordoliberalismo como traduções subsidiárias de uma hegemonia maior, essa sim plena em aceitação e coerção. A hegemonia estadunidense parte de uma “[...] perspectiva multidimensional (moral, ético-política, econômica, social, cultural, ideológica, militar) nos mais diversos âmbitos (local, municipal, estadual, nacional, continental, internacional etc.).” (PASSOS, 2019, p. 60). Capaz de exercer consenso e força em unidade orgânica internacionalmente, aludindo à metáfora do centauro maquiaveliano, a hegemonia estadunidense inaugurou uma concepção de mundo dirigente que foi absorvida e ressignificada em múltiplas dimensões ao redor do mundo, incidindo de forma desigual e combinada nos diversos países que adotaram o conteúdo dessa hegemonia – o Fordismo. O ordoliberalismo é uma tradução do Fordismo no sentido que buscou, ao pós-guerra, reproduzir uma fórmula econômica em linha com as diretrizes do capitalismo global, mas apropriada às especificidades econômicas da Alemanha. Daí a insistência na noção de que “as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais fundamentais” (GRAMSCI, 1975, Q13, §2, p. 1562), o que significa dizer que as particularidades político-econômicas de uma sociedade jamais serão um reflexo “automático” de uma

---

<sup>52</sup> Do original: “The CESIfo is intrinsically involved in this struggle, promoting the neo-liberal ideology as universally beneficial, shaping ideas on reform.”

ideologia hegemônica internacional. O que funcionou para os Estados Unidos, funcionará para a Alemanha em novas roupagens, mantendo, todavia, o conteúdo fordista intrínseco ao modo de produção capitalista.

Importante reiterar, como foi dito na introdução do presente trabalho, que essas situações concretas não são resultado de acontecimentos idênticos, mecânicos, e que a incidência desigual e combinada do capitalismo durante os processos históricos dos diferentes países levou a diferentes temporalidades entre nacional e internacional. Os Estados Unidos da América foram capazes de construir uma hegemonia plena devido a uma série de condições que viabilizaram o consenso e coerção dos grupos, classes e frações de classe presentes naquele país. A Alemanha não fora marcada por esse contexto em nenhum momento de sua história, incorrendo em uma das principais hipóteses do presente trabalho, que é a sua hegemonia incompleta.

Como foi exposto no começo desse trabalho, o país foi unificado através de uma revolução passiva extremamente restauradora e autoritária. Denominou-se “via prussiana”, justamente pela forte concentração de poder da Prússia no processo. O que se observa, baseado nas evidências desse trabalho, é que os sucessivos acontecimentos históricos, e as condições internacionais com suas incidências desiguais e combinadas, levaram à prevalência desse processo de revolução passiva até os dias atuais. O desenvolvimento das relações de força nesse país tendeu à formação de grupos alinhados ao modo de produção capitalista, posteriormente em sua forma Americanista. O grande motivo do fracasso alemão em assegurar uma hegemonia plena no espaço regional europeu foi justamente a incapacidade de cooptar os atores regionais e nacionais, e garantir a anuência de todos as classes, frações de classes e grupos para com o projeto de europeísmo ordoliberal, como bem evidencia a literatura contemplando a Crise da Zona do Euro (BIELING, 2015; CAFRUNY, 2015; BECKER, JÄGER, WEISSENBACHER, 2015). O Fordismo funcionou para os Estados Unidos em função das diferentes dimensões internas e do desenvolvimento singular de suas relações de força, mas isso não implica que poderia funcionar, mesmo através de traduções, para os diferentes países da União Europeia, sem a busca consensual por ressignificações que abrangessem as especificidades históricas de todos os atores envolvidos.

Portanto, em um primeiro momento dessa conclusão, fica claro a importância de categorias como o historicismo absoluto, revolução passiva, e tradutibilidade, para

dimensionar o papel da Alemanha nas relações desiguais com o capitalismo global, e como os resultados dessa interação geraram um cenário de modernização conservadora tributária do conteúdo fordista desse capitalismo. Mesmo com os esforços orgânicos de instaurar uma hegemonia plena no espaço europeu, a Alemanha não foi capaz de cooptar todos os países da União Europeia. O objeto utilizado para defender essa hipótese de hegemonia incompleta, é justamente a deserção do Reino Unido do projeto supranacional europeu.

O Brexit se relaciona mais com as condições desfavoráveis que o contexto internacional propiciava aos nacionais britânicos, do que um receio de um projeto hegemônico em sentido gramsciano no espaço regional Europeu. Então onde reside a intersecção dos eventos? A saída britânica é uma resposta a uma crise mais orgânica, do modo de produção capitalista e suas incidências internacionais. Está ligada tanto a um contexto global, relativo às transformações desiguais que a globalização fordista operou em diferentes países ao redor do mundo, quanto a um contexto regional, uma vez que essas transformações incidiram de forma combinada nos países da Zona do Euro. É importante atentar a esse ponto: essa crise mais orgânica, que atingiu diretamente o Reino Unido, é fruto das novas formas de acumulação flexível que se originaram após a crise do Fordismo, em 1973-1979. Ainda hegemônico, os EUA reinventaram o conteúdo de sua hegemonia para se adaptar às novas necessidades produtivas e sociais dessa era. Evidentemente que esse conteúdo ressignificado do Fordismo incidiu de maneira singular nos vários países do globo. No Reino Unido, levou à recessão, e especificamente aos objetivos do presente trabalho, à decadência do setor de manufaturas (JESSOP, 2016, p. 2-3).

Também o Reino Unido “traduziu” o Fordismo para ser adequado às relações de força britânicas. Tratou-se de um neoliberalismo altamente financista e especulativo, similar ao modelo atlanticista. Não cumpre ao presente trabalho se demorar no entendimento das relações de força britânicas, e quais combinações e possibilidades hegemônicas advieram do processo histórico britânico em seus nexos orgânicos com o internacional de forma historicamente concreta. O que importa é a hipótese de que a desindustrialização levada adiante pelos sucessivos governos ingleses, em consonância com o receituário neoliberal da globalização fordista, acabou vinculando a ilha à crise mais geral do Fordismo. Sobre isso, nos diz Jessop:

As políticas neoliberais adotadas pelo governo Thatcher e seus sucessores também reforçaram a desindustrialização e, onde as indústrias centrais sobreviveram, contribuíram para sua balcanização. Sucessivos governos declararam a Grã-Bretanha 'aberta para negócios' (e aquisição), levando a laços concorrentes e descoordenados com o capital estrangeiro, incluindo, recentemente, interesses chineses, indianos e russos ao lado dos "suspeitos de sempre". Sem as bases econômicas, políticas e sociais para uma estratégia econômica nacional concertada, as fortunas econômicas da Grã-Bretanha passaram a depender fortemente dos caprichos da acumulação dominada pelas finanças e do mercado mundial mais amplo, e de um mercado de baixa qualificação, baixa tecnologia e baixos salários e até mesmo setor de serviços de zero hora associados a uma corrida neoliberal para baixo.<sup>53</sup> (JESSOP, 2016, p. 3).

Aqui, vale lembrar que o Reino Unido não seguiu o receituário ordoliberal proposto pela Alemanha, tendo se ressentido dos mecanismos monetários contracionistas desde a criação da CEE, e da austeridade imposta por Merkel durante a Crise do Euro. Possuía um receituário próprio, com conteúdo mais equiparado ao Fordismo estadunidense em sua forma neoliberal. Dito isso, não procede a justificativa de que o Brexit resolveria os problemas estruturais do Reino Unido, uma vez que a crise da Zona do Euro era uma crise conjuntural, resultado de uma crise maior e orgânica relacionada ao modo de produção capitalista. Nos diz Jessop (2016, p. 6, tradução nossa) que "[...] a dominância do neoliberalismo indica que a escolha proposta no referendo era enganadora: a verdadeira escolha deveria ter sido entre ficar ou sair do neoliberalismo, ao invés de ficar ou sair da União Europeia."<sup>54</sup>.

Relembrando Gramsci (1995, p. 219 apud JESSOP, 2018, p. 1738): "[...] uma crise é um processo, e não um evento.". A reprodução da crise mais orgânica do capitalismo antecede a Crise Financeira de 2008, e revela pontos nevrálgicos do desenvolvimento desigual e combinado do Fordismo em conjunção com o fenômeno da globalização: a Inglaterra, assim como muitos países, adequou-se a nova lógica da acumulação flexível fordista ao sacrificar seu setor manufatureiro em função do

---

<sup>53</sup> Do original: "The neoliberal policies pursued by the Thatcher government and its successors have also reinforced de-industrialization and, where core industries survived, contributed to their balkanization. Successive governments declared Britain to be 'open for business' (and takeover), leading to competing and uncoordinated ties to foreign capital, including, recently, Chinese, Indian, and Russian interests alongside 'the usual suspects'. Without the economic, political, and social bases for a concerted national economic strategy, Britain's economic fortunes came to depend heavily on the vagaries of finance-dominated accumulation and the wider world market and a low-skill, low-tech, low-wage, and even zero-hour service sector associated with a neoliberal race to the bottom."

<sup>54</sup> Do original: "The dominance of neoliberalism indicates that the choice posed in the referendum was misleading: the real choice should have been in or out of neoliberalism rather than in or out of the European Union."

setor financeiro e especulativo (POSTA, 2017, p. 22). Esse era o receituário do Fordismo em sua nova roupagem, afinal. Essa estratégia econômica, em conjunção com a globalização e o offshoring da produção para os países do Leste Asiático, notadamente a China, levou à dependência de importações de manufaturas por parte dos países financeiras, como EUA e Inglaterra, acarretando um grande déficit na balança comercial desses países (ROSENBERG, 2019, p. 46).

Nota-se, a título de esclarecimento, a dimensão orgânica do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo e seu conteúdo fordista, incidindo racionalmente nos planos nacionais e alterando a relação de forças dos diferentes países. Isso ocorreu, por exemplo, com a vitória dos populistas de direita do UKIP no Reino Unido, e com a vitória de Donald Trump nos EUA (ROSENBERG, 2019, p. 49). Aqui o intento não é atribuir a culpa à China, mas demonstrar como o nexo entre nacional e internacional opera de forma desigual, desdobrando-se em aspectos múltiplos da realidade que fazem parte de uma crise orgânica em debandada. Assim, a conjunção de fatores como a financeirização da economia, o offshoring da produção manufatureira, e a reorientação das cadeias globais, levou a uma situação singular no Reino Unido:

No geral, essa situação gerou bem mais demissões no setor manufatureiro (tanto em termos absolutos quanto relativos) no 'norte' da Inglaterra e nas províncias, do que no 'Sul'. A resultante divergência de uma série de economias regionais com discrepâncias marcadas em suas estruturas econômicas, composições setoriais, e performance comercial continua a constringer a esforços de "tomar o controle de volta" da economia britânica.<sup>55</sup> (JESSOP, 2018, p. 1935).

O que justifica a escolha de sair da União Europeia, a título de hipótese, é o que Macartney (2008, p. 432, tradução nossa) define como a mudança de estratégias de acumulação durante o "ponto de crise". É nesse momento que novos embates hegemônicos se realizam entre as classes e frações de classe sobre quais são as melhores estratégias de acumulação e suas correspondentes ideologias politicamente articuladas, o momento que Gramsci definiu como "ético-político" (PASSOS, 2019, p.

---

<sup>55</sup> Do original: "Overall, this has generated far more job losses in manufacturing (both in absolute and relative terms) in the 'north' of England and the provinces than in the 'south'. The resulting divergent set of regional economies with marked differences in economic structure, sectoral composition and trade performance continues to constrain efforts to 'take back control' of the British economy."

69). Assim, por mais que a União Europeia fosse apenas parte do problema, e não a origem do problema, os eurocéticos precisavam de um “bode expiatório” para que fosse possível se distanciar do indesejado europeísmo ordoliberal, sem abrir mão do receituário Fordista, recusando-se a perceber que o Brexit não resolveria problemas de ordem estrutural. Os motivos para uma saída se faziam mais legítimos ainda ao se atribuir a origem dos males à gestão alemã das crises no espaço regional europeu (a financeira e migratória), afinal, a Alemanha era entendida como potência “dominante” na União Europeia (JESSOP, 2016, p. 4).

Nesse ponto em específico, percebe-se já a incapacidade alemã de cooptar os atores europeus em um duplo exercício de força e consenso. No Norte europeu, a Alemanha pode ser considerada hegemônica, mas seu receituário ordoliberal austero e contracionista para os países da periferia foi tido como dominância pura, utilizando-se da coerção econômica e sem alcançar consenso nas políticas praticadas (JESSOP, 2016, p. 4). Retomando o que foi dito em outro momento no presente trabalho, a revolução passiva levada adiante pela Alemanha no seio da União Europeia – consequência de sua revolução passiva interna, que admitiu um modelo modernizador e conservador como sendo apropriado para o resto dos países, ignorando suas especificidades históricas e singularidades – acabou por solapar a possibilidade de construir um consenso hegemônico regional (BIELING, 2015; CAFRUNY, 2015; BECKER; JÄGER; WEISSENBACHER, 2015), caracterizando um momento de hegemonia incompleta em oposição a uma hegemonia plena.

Finalmente, faz-se um ponto de intersecção: o referendo de 2016 pela saída da União Europeia pode ser entendido como resposta a uma crise conjuntural mais imediata, relacionada à Crise da Zona do Euro de 2009. Todavia, em consonância com a hipótese apresentada no presente trabalho, o Brexit **deve** ser entendido como repercussão de uma crise mais geral, orgânica, e pertencente ao modo de produção capitalista em sua totalidade histórica, representado, no período analisado, pelo Americanismo (ou seja, a hegemonia estadunidense) e seu conteúdo fordista. Analisando esses processos sob uma chave gramsciana, é permitido concluir, a título de hipótese, que a incidência desigual e combinada dessa crise orgânica e duradoura no mundo, levou à configuração de diversas temporalidades, que confluíram: 1) na desindustrialização e no aumento do desemprego e desigualdade do Reino Unido, que optara por privilegiar a fórmula financista da globalização fordista; 2) e na gestão

passivizadora da Crise da Zona do Euro operada pela Alemanha, em seu esforço de determinar a hegemonia regional de sua ideologia europeísta e o conteúdo econômico desta, o ordoliberalismo.

Como o nacional segue logicamente o internacional, as classes dominantes alemãs acreditavam que seria possível adotar esse receituário, adaptando-o às especificidades regionais, ressignificando-o, e imprimindo essa visão de mundo aos parceiros europeus. Porém, essa estratégia falhou na hora derradeira, evidenciando a incapacidade da Alemanha em cooptar as classes, frações de classe e grupos dos outros países na União Europeia. O Reino Unido foi um deles. Apesar de o Brexit ser entendido, no presente trabalho, como consequência histórica de um processo orgânico, a mudança na configuração das relações de forças internas, com os populistas de direita alcançando o poder, levou à contestação do projeto de integração supranacional Europeu, um problema mais cômodo e imediato para que não fosse necessário enterrar o neoliberalismo fordista. O erro dos populistas foi justamente o de não entender a Crise da Zona do Euro como uma mera conjuntura, em oposição aos problemas estruturais de uma crise mais orgânica. A hipótese final, sustentada pelo que foi dito até agora, aponta para a incapacidade alemã de evitar esse cenário de saída. Força e consenso, o centauro maquiaveliano, são indissociáveis do processo político e de construção de uma hegemonia plena. Não só a Alemanha falhou em seu projeto hegemônico de viabilizar uma União Europeia ordoliberal e europeísta, ao tratar com austeridade e relutância todos os Estados, grupos, classes, frações de classes dessa região, como também falhou em impedir a saída do Reino Unido. Essa falha não deriva de uma ação específica, ou de uma inação, mas de um processo histórico, donde uma contínua revolução passiva modernizadora e conservadora no plano interno incidiu, organicamente e de maneira singular, no âmago da União Europeia, impossibilitando uma reação conjunta e consensual de todo o bloco contra a Crise da Zona do Euro e de qualquer outra crise que atentasse contra a estabilidade do bloco. É nesse contexto que se afirma, como hipótese, a hegemonia incompleta da Alemanha perante os problemas apresentados.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **The H-Word: the peripoeteia of hegemony**. Londres: Verso, 2017.
- ANTUNES, F.; SILVA, V. F. dos S.; VOESE, E. T. Brexit: encetamento de uma temporada marcada por incertezas. **Revista Fronteira**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 267-181, 1º sem. 2019.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília, DF: UnB, IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- AVILA, C. F. D. A queda do muro de Berlim: um estudo com fontes brasileiras. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 37, p. 93-110, 2010.
- BBC NEWS UNITED KINGDON. **Brexit bills receives royal assent**. Londres, jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/uk-politics-51221727/brexit-bill-receives-royal-assent>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- BBC NEWS UNITED KINGDON. **Theresa may rejects nicola sturgeons scottish referendum demand**. Londres, 207. Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2017/mar/16/theresa-may-rejects-nicola-sturgeons-scottish-referendum-demand>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- BECKER, J.; JÄGER, J.; WEISSENBACHER, R. Uneven and dependent development in Europe: the crisis and its implications. *In*: JÄGER, J.; SPRINGLER, E. **Asymmetric crisis in Europe and possible futures: critical-political economy and post-Keynesian perspectives**. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 85-91.
- BELINA, B. Germany in times of crisis: Passive revolution, struggle over hegemony and new nationalism. **Geografiska Annaler: series B, human geography**, Stockholm, v. 95, n. 3, p. 275-285, 2013.
- BELKE, A. Policy uncertainty and spillovers into international financial markets. *In*: CABRAL, N. C.; GONÇALVES, J. R.; RODRIGUES, N. C. **After Brexit: consequences for the European Union**. Lisboa: Palgrave Macmillan, 2017. p. 351-384.
- BIELING, H.-J. Uneven development and 'European crisis constitutionalism', or the reasons for and conditions of a 'passive revolution in trouble'. *In*: JÄGER, J.; SPRINGLER, E. **Asymmetric crisis in Europe and possible futures: critical-political economy and post-Keynesian perspectives**. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 98-113.
- BOOTHMAN, D. The sources for Gramsci's concept of hegemony. **Rethinking Marxism**, London, v. 20, n. 2, p. 201-215, 2008.
- BOYLE, C.; ROSENBERG, J. Understanding 2016: China, Brexit and Trump in the history of uneven and combined development. **Journal of Historical Sociology**, Oxford, v. 32, p. 32-58, 2019.

BRUFF, I. Germany's Agenda 2010 reforms: passive revolution at the crossroads. **Capital & Class**, London, v. 34, n. 3, p. 409-428, 2010.

BUCI-GLUCKSMANN, C.; THERBORN, G. **Le défi social-démocrate**. Paris: François Maspero, 1981.

BULMER, S. Germany and the eurozone crisis: between hegemony and domestic politics. **West European Politics**, Sheffieldvol, v. 37, n. 6, p. 1244-1263, 2014.

BYRES, T. J. The landlord class, peasant differentiation, class struggle and the transition to capitalism: England, France and Prussia compared. **The Journal of Peasant Studies**, London, v. 36, n. 1, p. 33-54, 2009.

CAFRUNY, A. The european crisis and the rise of German power. *In*: JÄGER, J.; SPRINGLER, E. **Asymmetric crisis in Europe and possible futures: critical-political economy and post-Keynesian perspectives**. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 61-77.

CÂMARA, M. P. S. **A política externa alemã na República de Berlim: de Gerhard Schröder a Angela Merkel**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília, DF: UnB, 2001.

COMISSÃO EUROPEIA. **Eurobarômetro 54**. 2000. Disponível em: <https://europa.eu/eurobarometer/surveys/detail/1406>. Acesso em: 20 jan. 2022.

COSTA FILHO, S. T. da. **A fragilidade da União Europeia e do paradigma dos blocos comunitários diante da crise migratória de sírios e do Brexit**. 2017. 140 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, London, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

EMERSON, M. Which model for Brexit? *In*: CABRAL, N. C.; GONÇALVES, J. R.; RODRIGUES, N. C. **After Brexit: consequences for the European Union**. Lisboa: Palgrave Macmillan, 2017. p. 167-188.

ENGELN, K. C. Merkel's Brexit problem. **The International Economy**, New York, v. 30, n. 2, p. 36-38, 2016.

ENGELS, F. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. Lisboa: Editorial Avante, 1982.

FEMIA, J. V. An historicist critique of "Revisionist" methods for studying the History of Ideas. **History and Theory**, The Hague, v. 20, n. 2, p. 113-134, 1981a.

FERREIRA, F. A.; SAID, A. M. Revolução passiva e totalitarismo: uma análise do Nazismo como guerra de posição. **Revista Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 7, p. 1-30, 2013.

FONTANA, B. Logos and Kratos: Gramsci and the ancients on hegemony. **Journal of the History of Ideas**, Baltimore, v. 61, n. 2, p. 305-326, 2000.

GEORGE, S. Britain: anatomy of a eurosceptic state. **Journal of European Integration**, London, v. 22. p. 15-33, 2000.

GLITZ, F. E. Z. Brexit, Direito Contratual Europeu e Mercosul: lições para a integração. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí, v. 23, n. 2, p. 549- 577, maio/ago. 2018.

GONÇALVES, F. P. **Euroceticismo britânico**: um estudo de caso. 2016. 54 p. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

GOVERNO BRITÂNICO. **UK Public General Acts**. 2019. Disponível em: <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2019/29/enacted/data.htm>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Gramsci, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.

GRAMSCI, A. **Further selections from the prison notebooks**. Tradução: D. Boothman. Londres: Lawrence & Wishart, 1995.

GRAMSCI, A. **History, philosophy and culture in the young Gramsci**. Ed. P. Cavalcanti & P. Piccone. Saint Louis: Telos Press, 1975a.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 1975b.

GRAMSCI, A. **Selections from political writings, 1910–1920**. Ed. Q. Hoare. Tradução: J. Matthews; Londres: Lawrence & Wishart, 1977.

GRAMSCI, A. **Selections from the prison notebooks**. Tradução: Q. Hoare & G. Nowell-Smith. Londres: Lawrence & Wishart, 1971.

GRAMSCI, A. **The prison notebooks, v. 2**. Ed. & Trans: J.A. Buttigieg. New York: Columbia University Press, 1996.

HALL, P. The economics and politics of the euro crisis. **German Politics**, London, v. 21, n. 4, p. 355-371, Dec. 2012.

HARVEY, D. **The condition of postmodernity**: an Inquiry into the origins of cultural changes. Oxford: Blackwell, 1990.

ISPOS MORI. Issues index: trends 1988-1997. London, 1997. Disponível em: <  
[https://www.ipsos-  
 mori.com/researchpublications/researcharchive/poll.aspx?oltemId=2440&view=wide](https://www.ipsos-mori.com/researchpublications/researcharchive/poll.aspx?oltemId=2440&view=wide)>  
 . Acesso em: 7 nov. 2016.

JESSOP, B. Neoliberalization, uneven development, and Brexit: further reflections on the organic crisis of the British state and society. **European Planning Studies**, Lancaster, v. 26, n. 9, p. 1728-1746, 2018.

JESSOP, B. The organic crisis of the British State: putting Brexit in its place. **Globalizations**, Lancaster, v.14, n. 1, p. 133-141, 2016.

KOCKA, J. Assymetrical historical comparison: the case of the german sonderweg. **History & Theory**, Middleton, v. 38, n. 1, p. 40-50, 1999.

LENIN, V. I. **Collected works volume 3**: the development of capitalism in Russia. Moscou: Progress Publishers, 2009.

MACARTNEY, H. Articulating particularistic interests: the organic organisers of hegemony in Germany and France. **Political Studies Review**, Newcastle Upon Tyne, v. 10, p. 429-451, 2008.

MARKOVITS, A.; REICH, S.; WESTERMANN, F. Germany: hegemonic power and economic gain? **Review of International Political Economy**, Santa Cruz, v. 3, n. 4, p. 698-727, 1996.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEARSHEIMER, J. J. **The tragedy of great power politics**. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MONIZ BANDEIRA, L. **A reunificação da Alemanha**: do ideal socialista ao socialismo real. São Paulo: Global, 2001.

MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Tradução: Oswaldo Biato. Brasília, DF: Editora UnB, 2003.

MORTON, A. D. **Unravelling Gramsci**. Londres: Pluto Press, 2007.

NIECHOJ, T. Which future for Europe?: a scenario analysis of European integration. *In*: JÄGER, J.; SPRINGLER, E. **Asymmetric crisis in Europe and possible futures**: critical-political economy and post-Keynesian perspectives. Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 151-167.

OLIVEIRA, G. C. de; WOLF, P. J. W. A saída do Reino Unido da União Europeia: um revés civilizatório. **Anuario de Integración**, Manágua, n. 13, p. 105-131, 2016.

PALMER, J. O Reino Unido vai sair da União Europeia? *In*: TEMAS de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Foundation, 2014. p. 279-295. (Série Relações Brasil-Europa 3).

PASSOS, R. D. F. dos. **Ensaio sobre Gramsci e as relações internacionais na prisão da Ciência Política**: a teoria crítica de Robert W. Cox. 2019. 214 p. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

PATERSON, W. E. The reluctant hegemon: Germany moves centre stage in the European Union. **Journal of Common Market**: studies, Oxford, v. 49, p. 57-75, 2011.

POSTA, D. P.; REHMAN, S. S. Brexit: origins and future perspectives. *In*: CABRAL, N. C.; GONÇALVES, J. R.; RODRIGUES, N. C. **After Brexit**: Consequences for the European Union. Lisboa: Palgrave Macmillan, 2017. p. 11-34.

RENNI, Y. S.; SANTOS, R. de J. Do insulamento ao Brexit: raízes do cetismo britânico na União da Europa. **Revista Neiba**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 1-14, 2016.

RODRIGUES, N. C. Brexit and the future of the EU: move back or move forward? *In*: CABRAL, N. C.; GONÇALVES, J. R.; RODRIGUES, N. C. **After Brexit**: consequences for the European Union. Lisboa: Palgrave Macmillan, 2017. p. 65-82.

SCHILD, J. The myth of German hegemony in the euro area revisited. **West European Politics**, London, v. 43, n. 5, p. 1072-1094, 2019.

SCHNAPPER, P. Brexit and the risk of European desintegration. *In*: CABRAL, N. C.; GONÇALVES, J. R.; RODRIGUES, N. C. **After Brexit**: Consequences for the European Union. Lisboa: Palgrave Macmillan, 2017. p. 83-100.

SCHUTTE, G. R. Brexit na perspectiva do path dependency. **Plural**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 114-134, 2017.

SZCZERBIAK, A.; TAGGART, P. **Opposing Europe**: the comparative party politics of euroscepticism. New York: Oxford University Press, 2008.

TILFORD, S. **How to save the Euro**. London: Centre for European Reform Essays, 2010.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. São Paulo: Imprensa Oficial; Brasília, DF: UnB, IPRI, 1987.

WINTOUR, P. Norway may block UK return to European Free Trade Association. **The Guardian**, 9 ago. 2016.

XAVIER, A. I. Brexit: o chá das cinco serve-se em Bruxelas à mesa das negociações. **Janus**, Lisboa, p. 30-31, 2017.